



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 27 - Nº 522 - DE 19 DE JUNHO A 4 DE JULHO DE 2016 - R\$ 4,00

## Agrava-se a crise política

**Por um Tribunal Popular que  
apure e puna os crimes da burguesia**



### Eleição no Peru

**É preciso um balanço da  
responsabilidade dos revisionistas  
do trotskismo no Peru.  
Sem o partido revolucionário,  
as massas são arrastadas pelas  
variantes da direita burguesa,  
subordinadas ao imperialismo**



## Somente um Tribunal Popular pode julgar e punir os crimes da burguesia

Michel Temer perdeu mais um de seus ministros. Henrique Eduardo Alves (PMDB) renunciou ao Ministério do Turismo. Primeiro foi a queda estrondosa do ministro do Planejamento, Romero Jucá (PMDB), depois a do Fabiano Silveira, que, nem bem sentou na cadeira pasta da Transparência, foi execrado. Três ministros despencaram quando o governo golpista mal começa a se estruturar.

No dia 16 de junho, os jornais estamparam as denúncias do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, contra importantes parlamentares de vários partidos em sua delação premiada. O homem-bomba explodiu sob os pés do PMDB, do PSDB e do governo Temer. Não nos referimos ao PT porque já está detonado.

Entre 2004 e 2014, foram destinados R\$ 100 milhões do esquema de corrupção montado dentro da Transpetro, sob o comando de Sérgio Machado. Eis a lista dos beneficiários ou implicados: Michel Temer (PMDB), Renan Calheiros (PMDB), José Sarney (PMDB), Edson Lobão (PMDB), Henrique Eduardo Alves (PMDB), Jader Barbalho (PMDB), Valdir Raupp (PMDB), Agripino Maia (DEM), Francisco Dornelles (PP), Heráclito Fortes (PSB) e Aécio Neves (PSDB). A lista é mais longa. É ainda necessário citar Jandira Feghali, do PCdoB, e dois do PT, Ideli Salvati e Cândido Vacarezza.

É claro que todos negaram, sob a justificativa de que receberam contribuições legais e registradas no TSE. Para os explorados, não deve importar se foram ou não legais, importa que todos os partidos da ordem capitalista são financiados por poderosos grupos econômicos. Mas, sem dúvida, há uma diferença do ponto de vista da legalidade e da democracia burguesa. As denúncias do ex-presidente da Transpetro alargam o horizonte da corrupção política, ao mesmo tempo em que mostra a tênue linha divisória entre financiamento legal e ilegal, entre ordem jurídica e venalidade.

As revelações de Sérgio Machado ocorrem na situação em que o PT e Dilma Rousseff ainda batalham no Senado para que o impeachment não se consume. E em que o governo golpista ainda não se consolidou. O vazamento do pedido de prisão de Renan Calheiros, Romero Jucá, José Sarney e Cunha feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot ao ministro do STF, Teori Zavascki, alertou a burguesia para o tamanho da crise política. Os quatro “capos” do PMDB tramaram para limitar e barrar o avanço da Operação Lava Jato. O vazamento da gravação efetuada por Sérgio Machado em que os três expõem o objetivo político de ir à frente com impeachment para estancar a “sangria” não deixou nenhuma dúvida de que as investigações estavam diante de um novo caso do tipo Delcídio Amaral.

O certo é que não havia como o Ministério Público e a Justiça Federal engavetarem a informação em um qua-

dro tão conturbado da crise em que a Operação Lava Jato acabou por ocupar um proeminente lugar na derrubada do governo. O caso do senador Delcídio Amaral concluiu com a cassação de seu mandato. Como agir distintamente diante das gravações de Sérgio Machado?

A autodefesa de Renan de que tão somente expressaram um ponto de vista parlamentar, sem que houvesse qualquer prova de ação para obstruir o curso da Lava Jato, não elimina o fundamental: o PMDB decidiu-se pelo impeachment, Michel Temer e Romero Jucá foram peças-chaves da conspiração, Renan tirou a máscara e passou a apoiar a derrubada de Dilma. Na ordem da crise política, a tentativa de Delcídio Amaral de comprar a delação premiada do ex-diretor da Petrobrás, Nestor Cerveró, é fichinha diante da exposição de um complô político pela derrubada de Dilma Rousseff. Como não pedir a prisão da camarilha do PMDB, se as gravações eram inquestionáveis? Coube a Teori Zavascki rejeitar o pedido de Janot, acusado de ter vazado a informação. A questão institucional era e é quem ficará com a responsabilidade de engavetar tão grave revelação que ultrapassa o jogo de quadrilhas no seio do Estado, atinge a governabilidade e expõe as fraturas burguesas na democracia oligárquica? Coube ao STF, por meio do ministro Zavascki.

Agora, discute-se no Senado um pedido de impeachment do procurador-geral da República. A camarilha do PMDB, tudo indica, tem procurado segurar Renan para que não alimente ainda mais a crise, quando o Senado tem de cumprir o rito do impeachment. A orientação é a de finalizar o processo e pôr em pé o governo de pernas bambas. Assim, será possível estabelecer um ponto final na Operação Lava Jato, como deseja o ministro Elizeu Padilha. A burguesia já está preocupada com sua extensão. Segundo porta-vozes do golpismo, é preciso restabelecer a governabilidade, necessária para implantar as medidas reconhecidamente antipopulares.

A burguesia e seus apodrecidos partidos contam com a profunda desorganização da classe operária e com a estatização de seus sindicatos para atravessar o turbilhão. O PT ainda tem a oferecer seus bons préstimos. Está demonstrado que não fará nada para derrubar o governo golpista. Faz duro discurso ao golpismo e espera tirar proveito eleitoral no futuro com o fracasso de Temer. As massas estão sob o ataque constante às suas condições de existência. As demissões e a alta do custo de vida as empurram para maior pobreza e miséria. A resposta a essa ofensiva dos capitalistas e de seus governos é o ponto de partida para a classe operária emergir como força social revolucionária. Não há como desconhecer o lugar da corrupção, a venalidade dos partidos e a bancarrota de suas instituições. A bandeira de constituição de um Tribunal Popular nascido das lutas está na ordem do dia.

# Termina o dramalhão da Comissão de Ética

Finalmente, por 11 votos a 9, Eduardo Cunha teve o pedido de cassação de mandato aprovado. Até a última hora, havia dúvida se o dramalhão não concluiria com o delinquente sendo elevado à condição de inocente.

Não foi possível a Michel Temer esconder o esforço de impedir que seu correligionário tivesse o pescoço cortado. Não porque Eduardo Cunha tivesse serventia, nas atuais condições, mas porque o facínora é um homem-bomba da potência de um Sérgio Machado.

O ex-presidente da Câmara Federal cassado havia prometido revelar o fundo e o mundo, caso viesse a se tornar um detento. A ameaça ainda paira sobre o plenário da Câmara, que dará a palavra final. Cunha armou uma resistência de aço com seus amigos e quadrilheiros, boa parte pertencente às bancadas da bíblia, da bala e do boi, como foram denominados os evangélicos, os defensores da pena de morte e os latifundiários. Não bastou que o banco suíço enviasse provas cabais da conta exterior e a demonstração de que sua mulher lhe servia de escudo para que a Comissão de Ética resolvesse de pronto a pendenga. Os partidários de Cunha zombaram à vontade, sem temor de que nada acontecesse com suas carreiras políticas.

O Supremo Tribunal Federal teve de suspender o mandato do delinquente não apenas porque estava demasiado vergonhoso para as instituições burguesas, mas especialmente porque o golpe de 17 de maio colocou Michel Temer na presidência interina. Não era conveniente manter na linha sucessória o presidente da Câmara coberto de opróbrio. Tudo indica que também teve a função de enfraquecer Cunha no Conselho de Ética, que com seu poder de manobra conseguiu arrastar no tempo a decisão final.

Na penúltima sessão, caso a deputada Tia Eron (PRB) votasse contra o relatório de Marcos Rogério (DEM), Cunha sairia ileso; caso votasse a favor, haveria o empate que seria resolvido pelo voto do presidente da Comissão pela cassação. Desta vez, foi preciso uma manobra dos que estavam pelo relatório para que se adiasse a decisão. Na última sessão, Tia Eron pôde fazer proselitismo contra a corrupção, quando seu partido estava com Cunha e ela mesma mudou o voto sob pressão de suas bases eleitorais. Inesperadamente, o deputado do Solidariedade (SD), Wladimir Costa, que seguia o bandido Paulinho da Força, fez uma virada que mereceu de seus comparsas a acusação de

covardia.

As declarações de votos repetiram o dramalhão do dia 17 de maio, os cunhistas apenas se abstiveram de evocar deus, filho e demais espírito santos. E os defensores de sua cassação ocuparam seu tempo para execrar a corrupção, no que estavam unidos petistas, peessedebistas, etc.

A queda de Cunha era uma questão de honra do prostituído Congresso Nacional. A aventura de protegê-lo por tanto tempo aos olhos da população desencantada com os partidos da burguesia, embora não tenha consciência de seu conteúdo de classe, já havia custado muito. Nas novas condições criadas pela destituição de Dilma Rousseff, mantê-lo seria deixar um dos focos infecciosos do tecido estatal em aberto, o que contribuiria para o alongamento da crise política. Não por acaso, ex-governistas e golpistas estiveram unidos neste momento terminal de Cunha.

Lembremos que antes de Cunha decidir por encaminhar o pedido de impeachment, petistas e peessedebistas lamberam nas mãos do presidente da Câmara. Os acontecimentos posteriores se encarregaram de atropelar Cunha e sua quadrilha parlamentar. O espertalhão e competente delinquente acabou como um traste. O problema está agora em se chegar a um acordo para que o execrado não venha a ser instrumento de execração de importantes autoridades que tomaram o timão do Estado por meio do golpe institucional.

Essa radiografia da podridão política que corrói o Estado em suas vísceras revela a natureza, o teor e o quilate da democracia burguesa no Brasil. Evi-

dencia suas raízes históricas que deitam na velha oligarquia e na dependência colonial-imperialista. Os partidos continuam a depender diretamente do poder econômico oligárquico e a ele respondem. Servem a uma burguesia extremamente concentrada e ao capital imperialista. São instrumentos de um poder político que mantém o atraso econômico, a submissão e miséria das massas.

Esse Estado não cai de podre porque a classe operária se encontra desorganizada e controlada. Sem o seu partido revolucionário, segue as variantes da política burguesa, entre elas o PT. Há que aproveitar a valiosa experiência que expõe a decomposição do Estado burguês, de seus partidos e da burguesia para impulsionar a luta independente dos explorados e construir o partido que servirá à revolução social.



***Essa radiografia da podridão política que corrói o Estado em suas vísceras revela a natureza, o teor e o quilate da democracia burguesa no Brasil. Evidencia suas raízes históricas que deitam na velha oligarquia e na dependência colonial-imperialista. Os partidos continuam a depender diretamente do poder econômico oligárquico e a ele respondem.***

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

Rondônia

## Manifestação de 10 de junho em Porto Velho

Em Rondônia, o protesto contra o governo do governo golpista Michel Temer concentrou em Porto Velho com cerca de militantes ligados a algumas organizações que atuam no estado, como a Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB, União Nacional dos Estudantes - UNE, PCdoB, Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Ubes, PT, Frente Brasil Popular.

Como não poderia deixar de ser, pelas entidades organizadoras da manifestação e pelo próprio dia, o eixo central foi a exigência da saída de Michel Temer (Fora Temer) e a defesa da volta da presidente (Volta Dilma). Foi, assim, essencialmente um ato de defesa do governo petista contra o golpe já consumado, não haviam bandeiras gerais de defesa da vida dos trabalhadores. O problema do desemprego, da inflação, da retirada de direitos não apareceu nas faixas, cartazes ou intervenções dos organizadores. A manifestação se concentrou na denúncia do golpe e na luta para retornar um governo já deposto.

No entanto, por necessidade de dar mais “legitimidade” à manifestação local, buscou uma “pauta” local, mas sem nenhuma consequência em sua defesa. Trata-se aqui em Porto Velho do recente aumento das passagens de R\$ 2,60 para R\$ 3,00. Como haviam organizações ligadas ao movimento estudantil, elas se obrigaram a apresentaram à imprensa a defesa da volta ao valor anterior. Não havia, contudo, a massa estudantil, pois UBES e UNE não fizeram qualquer esforço de mobilização ou convocação; compareceram como “entidades” e não como expressão da luta da juventude pelo passe livre e contra o reajuste.

A questão das passagens e do aumento do custo de vida que poderia levar a movimentar as bases sindicais e estudantis e movimentar a população de fato é ignorada por essas entidades burocratizadas.

O ato era, na verdade, apenas uma atividade formal; passou pelas ruas do centro e acabou na frente da prefeitura. Sequer a polícia acompanhou porque sabia do caráter “ordeiro” e “pacífico” da manifestação. Como parte do “momento”, também apareceram alguns cartazes contra a “cultura do estupro”, mas sem qualquer relação com algum movimento de mulheres ou sem qualquer vínculo com as bandeiras e reivindicações contra a opressão sobre a mulher.

Novamente, em Porto Velho, repetem-se atividades “nacionais”, mais por obrigação que as obrigações locais têm em relação às burocracias nacionais do que por um movimento autêntico pelas reivindicações dos trabalhadores e da população da região, o que mostra o profundo atraso na organização dos trabalhadores e da classe operária em erguer seu programa contra a crise capitalista e contra suas expressões decompostas, como o golpe institucional.

## Rios de dinheiro estão politiqueiros, enquanto

As denúncias de ladroagem não param. Os políticos que controlam o Estado são diariamente acusados de corrupção. Os partidos oficiais (PMDB, PSDB, PT, PP, DEM e outros) estão até a medula envolvidos em propinas pagas pelas empreiteiras e estatais. Nem bem se concretizou o impeachment de Dilma Rousseff, vieram à tona as falcatruas do quinteto que comanda o PMDB, tendo à frente o golpista Michel Temer e seus parceiros, Sarney, Renan, Jucá e Eduardo Cunha. Somas incalculáveis de propinas ainda não foram reveladas. No entanto, o julgamento dos larápios é feito pelos próprios larápios do Congresso Nacional. Uma quadrilha quer condenar Dilma Rousseff. Outra, Aécio Neves. E outra Michel Temer. Mas todas se juntam quando se trata de “salvar” a Constituição, as instituições e o chamado “Estado de Direito”. Não por acaso, afirmamos que o Estado burguês é um balcão de negócios dos capitalistas e seus governos, leis e instituições são a materialização da ditadura de classe da burguesia. Está aí por que a corrupção é inerente a esse Estado. Não por acaso, dizemos que não há reforma política que possa conter a corrupção e regenerar a política burguesa. A podridão tem de ser varrida juntamente com o Estado e suas instituições pela luta de classes, sob a direção e programa do proletariado.

Enquanto as quadrilhas se digladiam no Congresso Nacional, no Superior Tribunal de Justiça e na Polícia Federal, a maioria da população vive a tormenta do desemprego, da fome e da miséria. Milhares de trabalhadores e jovens se tornam moradores de rua. Milhares de famílias se desagregam sob o peso da miséria e da pobreza. E milhares de crianças, desde cedo, enfrentam a tragédia das ruas.

Enquanto as quadrilhas bem nutridas passam horas e horas denunciando umas às outras, os moradores de rua disputam um lugar no albergue para se proteger do frio. É o que ocorre em São Paulo. A morte de 5 moradores de rua pelo frio, nas últimas noites, trouxe às claras o aumento da população de rua e a fajuta política dos governantes de proteção aos pobres.

Os dados oficiais (deve ser muito mais) indicam que em 2015 (último levantamento), em São Paulo, eram 15.905 pessoas nessa condição. E os albergues e abrigos atendiam apenas 54% dos moradores de rua. Chamam atenção os depoimentos, como o de um jovem que procurava desesperadamente um abrigo diante do frio: “*Estou desempregado, mas como vou trabalhar se tenho de chegar aqui no começo da tarde para arrumar uma vaga?*”. A disputa pelo pernoite é grande, o que obriga o morador a ficar na fila já no início da tarde, por volta das 14 horas, como relata o jovem. Outro trabalhador na mesma condição disse que demorou dois meses para arrumar uma vaga fixa no abrigo da Barra Funda, depois de uma forte pneumonia. Os que desistiram das filas, recla-

## nos cofres dos larápios milhares moram nas ruas

mam que a Guarda Civil Metropolitana que lhes toma os colchões e os papelões, que servem de proteção. Esses são alguns dos relatos da miséria humana que cobre o centro da capital paulista.

O prefeito petista, Fernando Haddad, responde às denúncias dizendo que a orientação é a de “impedir a favelização de praças públicas”, daí o confisco das pertences dos moradores de rua. E os acusa de não quererem buscar abrigo fora do centro. O prefeito, com seu discurso de “direitos humanos” e “inclusão social”, age como qualquer politiquês da burguesia.

As cifras astronômicas da corrupção e a situação extrema de penúria dos moradores de rua são apenas um retrato do momento. No fundo, está a brutal exploração

do trabalho e a crise estrutural do capitalismo. É preciso que a classe operária e sua vanguarda deem um passo à frente na defesa das condições de vida da maioria oprimida. Os movimentos populares, como o MTST, podem auxiliar a luta da classe operária levantando as reivindicações de emprego, redução da jornada de trabalho sem redução salarial, estabilidade, fim das terceirizações, salário mínimo vital e reajuste de acordo com a elevação do custo de vida. O crescimento do número de moradores de rua é consequência das leis econômicas que regem o capitalismo, em que se acumula gigantesca riqueza num polo e miséria no outro. Há que se elevar a consciência para a necessidade de construir o partido da revolução proletária.

## Restrição ainda maior ao Seguro-desemprego e ao abono salarial

O governo golpista e podre de Temer anunciou por meio do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a proposta de emenda constitucional (PEC), que fixa um teto para os gastos públicos. A PEC é um duro golpe aos trabalhadores, porque a chamada contenção de gastos nada mais é do que descarregar a crise sobre os explorados. Entre as medidas estão as restrições ao direito ao abono salarial e ao seguro-desemprego.

O abono salarial é uma esmola que é paga aos trabalhadores com carteira assinada e que ganham até dois salários mínimos. O seguro-desemprego há tempo vem sendo encolhido. Recentemente, dezembro de 2014, Dilma Rousseff criou novas regras que dificultam a obtenção desse direito, aumento do tempo trabalhado e redução de parcelas do seguro. Tanto o abono quanto o seguro-desemprego são antigas conquistas que estão sendo retiradas. As limitações impostas por Dilma Rousseff e, agora, as restrições de Temer atingem a força de trabalho, duramente atacada pelas demissões, pela flexibilização capitalista do trabalho e pela eliminação de conquistas históricas.

A burocracia sindical favorável ao Temer (Força Sindical, UGT e aliados) se limita ao discurso de que é preciso conter gastos sem retirar direitos. Está empenhada nas negociações com o governo e capitalistas em torno da reforma da Previdência (criação de um limite de idade para se aposentar, em torno de 60 e 65 anos, para mulheres e homens respectivamente). Procura a via do pacto entre capital e trabalho para assegurar alguma quirela para os trabalhadores. Trata-se de uma burocracia venal e traidora.

A burocracia sindical favorável a Dilma Rousseff (CUT, CTB e aliados) procura atacar as medidas de Temer para valorizar os “feitos” dos governos petistas. Ensaiou o discurso da greve-geral contra as reformas anunciadas, mas a

vinculou ao calendário de votação da destituição definitiva de Dilma Rousseff. Não tem interesse em organizar um verdadeiro movimento em defesa das conquistas dos explorados, o que implica a realização de assembleias, plenárias e manifestações, passo essencial para a deflagração da greve geral. Trata-se de uma burocracia, igualmente, traidora.

Infelizmente, a classe operária e demais oprimidos estão submetidos a essas burocracias, que bloqueiam a independência de classe diante dos governos. A defesa das reivindicações vitais – emprego, salário e direitos – se chocará com a política de colaboração de classes das burocracias sindicais e potenciará uma vanguarda, que terá como tarefa independizar os sindicatos, transformando-os em auxiliares da luta de classes contra os governantes, a burguesia e o sistema capitalista.

**Curso de formação política do POR**

**Fundamentos do Socialismo Científico - Parte III**

Estudo coletivo da obra de Karl Marx:  
**Teses sobre Feuerbach (1845)**



**Domingo, 05/06, 15h**

Rua Silveira Martins, 72 – 3º andar - Praça da Sé

**Participe do curso de formação política permanente do POR: todo primeiro domingo do mês, há 25 anos. No momento, estamos estudando os fundamentos do Socialismo Científico, em particular o materialismo dialético.**

# Impactos da crise econômica no Nordeste

Sob os governos do PT, o Nordeste teve uma reedição, mesmo que caricatural, das ilusões desenvolvimentistas. Grandes empreitadas como a transposição do Rio São Francisco, o Porto de Suape e a construção do complexo petroquímico de Abreu e Lima seriam a via para a superação dos chamados desequilíbrios regionais como parte de um desenvolvimento harmônico das forças produtivas nacionais. Entre 2003 e 2013, de acordo com o Banco Central, o Nordeste cresceu 4,1% ao ano, marca superior aos 3,3% do País. Segundo dados do governo, a classe média passou de 28%, em 2002, para 45% em 2012. Na região, apenas 5 milhões de trabalhadores tinham emprego formal, em 2002, número que chegou a 9 milhões em 2013. Os dados do IBGE indicaram que houve uma queda no índice de pobreza da ordem de 61%, passando de 21,4 milhões em 2002 para 9,6 milhões, em 2012. Antes dos governos petistas, 66% dos nordestinos viviam abaixo da linha de pobreza, 35 milhões passaram a ser assistidos pelo bolsa família. A mortalidade infantil caiu e a alfabetização aumentou. A morte de crianças na primeira infância caiu 58,6% de 2000 a 2010 (IBGE). No ensino superior, por meio do incentivo ao setor privado e expansão precarizada nas instituições públicas, o número de universitários passou de 413 mil, em 2000 para 1,4 milhão em 2012.

Na etapa imperialista, porém, as reformas não podem ser concedidas em larga escala ou de forma permanente. Os efeitos da crise econômica mundial no país e na região estão aí para comprovar esta tese. Em 2014, Norte e Nordeste conseguiram resistir mais que outras regiões à desaceleração. Mas, em 2015, com a maior redução do PIB desde 1990, ficaram expostas as feridas da condição semicolonial do Brasil e os condicionamentos da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Os nordestinos, que carregam um maior peso do atraso, da presença dos latifúndios, do flagelo da seca, veem, agora, as benesses dos governos petistas escorrerem entre os dedos.

A região permaneceu prioritariamente como fornecedora de matérias primas e produtos agropecuários para o mercado mundial. Em alguns ramos, alimenta o mercado interno. Os capitalistas, atraídos por generosos benefícios fiscais e pela mão-de-obra barata e desprotegida, agora demitem de forma generalizada. É nas regiões metropolitanas, assim como em alguns polos, onde as indústrias se concentram, que mais trabalhadores estão perdendo suas fontes de trabalho. A recessão é generalizada, mas Norte e Nordeste estão sendo atingidos com mais intensidade. Estas regiões passaram de uma expansão de 2% em 2014 para uma retração de 3% em 2015. A crise se manifestou primeiro no Sul e Sudeste, que concentram a produção industrial. Somente em 2015, repercutiu no comércio, serviços e construção civil, setores dos quais Norte e Nordeste dependem mais.

## Indústria

Não é de hoje que a indústria vem perdendo participação na geração de riquezas no Brasil. No final da década de 1980, o setor correspondia a 46%. Uma década depois, recuou para 25%

e chega a 2015, com 22,7%. Se não fossem consideradas nestes ramos as chamadas “maquiadoras”, que apenas montam componentes vindos do exterior, os índices da desindustrialização seriam mais elevados. Ao mesmo tempo, o setor de serviços passou a corresponder a uma fatia maior do PIB, por meio dos processos de terceirização da produção e entrada de capital em novos ramos em busca de reverter a lei tendencial da queda da taxa de lucro.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou um estudo em que revela que, de 2010 a 2013, o peso da indústria caiu em 23 das 27 unidades da federação. A previsão para o próximo estudo, com base nos dados de 2014, é de detectar uma retração em todos os estados. Está no Nordeste, o estado com a maior baixa, a Bahia, com uma queda de 6,6% no triênio, número que reflete a indústria de óleo, gás e automobilística. No Maranhão, um dos quatro estados que tiveram aumento da participação da indústria no PIB – essa mudança se deveu à diversificação da produção que se expandiu para metais, alimentos e vestuário, não mais se limitando à construção. O setor de alimentos, que ainda mantinha alta por abastecer as famílias, inclusive as beneficiadas pelos programas sociais, agora,

no início de 2016, também sofreu um baque em decorrência da seca. Em Pernambuco, a produção alimentícia, sobretudo de açúcar e laticínios, caiu 26%. Os economistas da burguesia explicam a queda por meio da perda de competitividade, devido ao baixo investimento e do “custo Brasil”. Não podem, nem querem, revelar o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, o

saque imperialista por meio da dívida pública e ainda exigem maior exploração dos trabalhadores para reduzir o “custo Brasil”.

## Empregos

Um dos efeitos mais perversos da crise é o fechamento de postos de trabalho. Dos empregos com carteira assinada, somente em 2016 já foram fechadas 319.150 vagas. Considerando o mesmo período, em 2015, o fechamento foi de 50.354. Já são doze meses seguidos de perda de empregos. Segundo dados do IPEA, um quarto dos brasileiros com menos de 25 anos está desempregado. As mulheres são mais acentuadamente atingidas.

Tal quadro se agrava no Nordeste, sobretudo em suas regiões metropolitanas. Entre o último trimestre de 2015 e 2016, a taxa de desemprego no Brasil passou de 8,96% para 10,90%. No Nordeste, onde os índices são os mais elevados do país, o número passou de 10,45% para 12,80%, no mesmo período. Somente no primeiro trimestre, 8.695 postos de trabalho foram fechados em Recife-PE; 7.107 em São Luís-MA; 7.086 em Fortaleza-CE; 6.141 em Salvador-BA, 5.589 em Teresina-PI; 3.576 em Maceió-AL; 2.862 em João Pessoa-PA; e 2.843 em Natal-RN. Onze outras cidades nordestinas figuram entre as 50 do Brasil em que houve mais demissões. Segundo o DIEESE, a taxa de desemprego da região metropolitana de Fortaleza chegou a 13,59%, com 252 mil trabalhadores desempregados. Em Pernambuco, onde as ven-

das do varejo caíram 10% em 12 meses, mais que o dobro da média nacional, o desemprego atingiu 10% da população.

## Salvador, capital nacional do desemprego

A Bahia é o estado com maior peso no PIB do Nordeste, fruto de sua industrialização nos anos 1970 a partir do petróleo, em Aratu e Camaçari, e do setor automotivo e petroquímico, decorrente dos investimentos mais recentes. O estado teve uma queda no PIB de 3% em 2015, o setor agropecuário ainda tem mantido o crescimento, destoando dos demais setores da economia. O setor de serviços, que corresponde a 63% da economia baiana, caiu 6%. A indústria sofreu com uma retração de 7%, a maior desde 2003. E a construção civil decresceu em 6%. Com a redução no preço das commodities, as vendas externas caíram 16%. Somam-se também a redução das compras do governo, a paralisação e conclusão de grandes obras (estádio e metrô, por exemplo) e de investimentos. A Bahia amarga com 15,5% de desempregados entre sua população economicamente ativa. Dos 6,1 milhões de trabalhadores, 1,1 milhão estão desempregados. Na região metropolitana de Salvador, a taxa, segundo o IBGE, chegou a 18,24%, no primeiro trimestre de 2016, quando quase dez mil vagas foram fechadas. Uma mudança drástica em relação à baixa taxa de 5,7%, em dezembro de 2012. A alta informalidade mascara o desemprego, por isso, pelo estudo do DIEESE, a taxa de desocupação sobe para 23,37% em maio de 2016, chegando ao número de 439 mil. Ou seja, a cada quatro trabalhadores, um não encontra emprego. Tal cifra inclui o desemprego oculto daqueles que fazem algum bico enquanto procuram emprego, e aqueles que já desistiram de procurar. O mercado de trabalho está retroagindo praticamente dez anos, chegando aos índices de 2007.

## Recife e o estancamento dos investimentos

Recife viveu em 2012 um “apagão” de mão-de-obra. Os capitalistas reclamavam da falta de mão-de-obra qualificada e atraíam trabalhadores de outras localidades. A taxa de desemprego estava em 5,1%. A região Nordeste e o Recife, em particular, viviam uma alta de investimentos. Só para Pernambuco, a estimativa era de que seriam investidos R\$ 55 bilhões até 2015. A promessa era de que as obras em Suape incluiriam o Brasil entre a elite mundial de produtores de petróleo. Agora, muitas obras foram interrompidas e a taxa de desemprego, segundo o IBGE, dobrou, atingindo 10,4%. A crise política também afetou a economia. As obras da refinaria de Abreu e Lima estão sendo alvo da Lava Jato e foram paralisadas. Além disso, com a crise na Petrobrás, houve o cancelamento da fabricação de navios e plataformas no estaleiro.

## Petrobrás

No país, a Petrobrás anunciou um Plano de Demissão Voluntária (PDV) de 15% de seu quadro, ou seja, 12 mil trabalhadores. Uma primeira edição do PDV, de 2014, já levou a 6.254 demissões. Mais 1.055 trabalhadores devem sair até maio de 2017. Já os contratados e prestadores de serviços estão sendo demitidos em larga escala. De agosto de 2014 até fevereiro de 2016, segundo o Sindipetro-BA, 200 mil trabalhadores foram demitidos no país. Antes, a cada um efetivo haviam quatro terceirizados. Hoje, a cada dois efetivos, há um terceirizado. Além do drama das famílias que não terão sua fonte de sustento, a de-

missão aumenta a sobrecarga dos que permanecem e o risco de acidentes. Segundo informações do Sindipetro-BA, a empresa comunicou em fevereiro que iria desligar todas sondas de perfuração terrestre. Com isso, centenas de prestadores de serviços foram dispensados e os mil concursados perderam a função. As demissões se irradiam para as áreas de transporte, alimentação, vigilância e serviços especiais.

## Ramos

A pesquisa do DIEESE mostra os ramos em que os postos de trabalho foram fechados. Em 2015, na Indústria de Transformação, foram eliminados 23 mil postos de trabalho em Salvador e 26 mil em Fortaleza. Na Construção Civil, 16 mil vagas foram fechadas em Salvador e 16 mil em Fortaleza. No setor de Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, mais 30 mil empregos foram limados em Fortaleza e 17 mil em Salvador. O Setor de serviços também teve baixas, 26 mil em Fortaleza e 11 mil em Salvador. Em 2016, os empregos continuam a decrescer. Na Construção, por exemplo, foram mais 8 mil postos de trabalho eliminados em Salvador e 9 mil em Fortaleza.

## Impacto nos salários

A massa crescente de desempregados, sem uma organização classista em unidade com os empregados, acaba servindo como pressão pelo rebaixamento dos salários dos demais. Além da concorrência entre os trabalhadores, o medo dos que estão empregados os obriga a aceitar piores nas condições de trabalho. O que se acentua com o imenso contingente de terceirizados. A renda média no Nordeste, reconhecidamente baixa, teve um aumento real de 28,8% entre 2004 e 2009, passando de R\$ 570 para R\$ 734. Agora desce ladeira abaixo. Pela pesquisa do DIEESE, em 2015, o rendimento médio real dos ocupados decresceu 11,5%, em Salvador, passando a equivaler a R\$ 1.263. Em Fortaleza, caiu -8,8%, chegando a R\$ 1.237. O salário médio se retraiu praticamente na mesma proporção. No primeiro trimestre de 2016, rendimentos e salários continuaram a cair.

## Estados endividados

Com a recessão, redução na arrecadação de impostos (sobretudo no ICMS), redução no repasse do Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios, a dívida dos estados comparece como mais um grave problema decorrente da crise, que está sendo descarregada nos trabalhadores, em especial no funcionalismo público e trabalhadores terceirizados. Segundo notícias do final de abril, ao menos 1,5 milhão de servidores, no país, estão com salários atrasados em onze unidades da Federação. A previsão é que outros estados passem a adotar a mesma medida de atraso, parcelamento ou escalonamento. No Rio Grande do Norte, os salários têm sido pagos cada vez mais tarde. A negociação das dívidas com a União tem comparecido como elemento de barganha política. A mudança do cálculo a partir dos juros simples serviria para transferir à União maior parte da dívida, preservando os interesses dos credores. O STF, porém, suspendeu o julgamento sobre a questão, deixando que União e unidades federativas negociem entre si.

A maior parte da dívida está atrelada ao câmbio. A escala móvel, que é negada para os salários, no caso das dívidas públicas, é largamente aplicada, variando, inclusive, muito acima

da inflação. Entre os estados mais endividados do país, segundo dados de abril de 2016 do Tesouro Nacional, Banco Central, governos estaduais e Compara Brasil, publicados pela Folha de S. Paulo, Alagoas ocupa o quarto lugar no ranking nacional, devendo 169,7% de sua receita anual. Ceará ocupa a nona posição, com 62,80%. Pernambuco, Maranhão, Piauí, Sergipe e Paraíba apresentam os seguintes índices de endividamento em relação à receita anual: 62,2%; 60%; 59,4%; 57%; 55,1%. O Rio Grande do Norte é o segundo menos endividado, está em vias de quitar sua dívida, que está em 9%. Exemplifiquemos com o caso de Pernambuco: com base no fim de 2015, dos R\$ 16,3 bilhões em dívidas, cerca de R\$ 7,4 bilhões estavam em moeda estrangeira. Mesmo a dívida interna tem de ser calculada com base nas altíssimas taxas de juros. A dívida com a União, no estado, é de R\$ 3 bilhões, o que leva a um juro anual de cerca de R\$ 300 milhões. Se o governo passasse a cobrar os juros simples, o valor cairia para R\$ 140 milhões.

Nas prefeituras, o mesmo problema se repete. No Nordeste, a economia depende ainda mais do Estado. São 55% de servidores a mais do que o Sul, e 150% a mais de cargos comissionados por cidade, expressando também o poder das oligarquias. Em várias cidades, os prefeitos estão atrasando salários. No Piauí, a Justiça foi acionada para exigir os pagamentos. Há cidades com quatro meses de salários atrasados, o que tem levado a greves e manifestações. Na Bahia, há cidades em que está na pauta da prefeitura a redução dos salários dos servidores, o prefeito de Retiroândia, do PSD, por exemplo, demagogicamente reduziu seu próprio salário, do vice e dos secretários, para dar o exemplo.

## Famílias endividadas

É no Nordeste que se concentra a maior parcela de consumidores negativados. Segundo dados do SPC de março, 39,21% da população entre 18 e 95 anos está com contas atrasadas. Dos 58 milhões de devedores, 15,4 milhões estão no Nordeste. Quase 40% da população adulta. Comparado com fevereiro de 2015, a inadimplência cresceu 7,69%. O atraso em contas de água e luz cresceu 18,81%.

## Epidemias

Para aumentar a desgraça das famílias pobres, o nordeste está sob a epidemia de viroses como Dengue, Zika e Chikungunya. Tal calamidade tem direta relação com a miséria, as moradias precárias e a falta de rede de esgotamento sanitário. Enquanto no Sudeste e Sul, 49% do esgoto é tratado, no Nordeste este número cai para 28%. No Piauí, o percentual não passa de 7%. Além do impacto na saúde das famílias e nas condições de vida, tais epidemias também impactam a economia. Em Pernambuco, por exemplo, entre as 144 maiores indústrias, 114 tiveram afastamentos por doenças transmitidas pelo Aedes e 42% afirmam que houve queda na produção pelo afastamento prolongado de trabalhadores. A maior instituição hospitalar do Norte e Nordeste, o Hospital da Restauração, que realiza um milhão de atendimentos ambulatoriais por ano, tem visto o atendimento crescer 20% e se queixa da falta de repasses da União e do estado. Dos casos confirmados de microcefalia, 75% estão em Pernambuco. O surto de Chikungunya já atinge 15 mil pessoas, deixando-os por semanas na cama, podendo evoluir para uma doença neurológica que paralisa membros e face. O setor privado apresenta ao Estado

pacotes de tratamento, torna-se mais uma fonte de lucro. O tratamento por paciente da Síndrome de Guillain-Barré, decorrente da Chikungunya, por exemplo, custa ao SUS cerca de R\$ 26 mil por paciente. E organizações sociais passam a se especializar no acompanhamento dos casos de reabilitação dos microencefálicos, abocanhando mais uma fatia das verbas da saúde.

## PT perde espaço na política burguesa

Todo este cenário tem se refletido também na política. O PT, que prometeu desoligarquizar o Estado, concluiu de joelhos ante as oligarquias mais reacionárias. Porém, não conseguiu harmonizar os interesses destas oligarquias. Vimos na votação do impeachment na Câmara dos Deputados a divisão ocorrida nas oligarquias nordestinas, 85 votaram a favor do impeachment e 61 contra. Bahia e Ceará tiveram mais votos contrários. No Rio Grande do Norte, sete dos oito deputados votaram pelo impeachment. No Maranhão e Piauí, a votação foi equilibrada. O apoio ao PT, ainda que mais forte do que em outras regiões, tem tido suas bases corroídas. Uma estimativa publicada pelo Estadão considera que, comparando com 2012, os petistas conseguirão se reeleger em apenas 7% das prefeituras do país, sendo que no Nordeste o número se eleva um ponto percentual. Ainda é cedo para avaliar se isto se confirmará, mas são inúmeros os prefeitos que estão debandando para poder disputar a reeleição sob outra legenda.

## Responder à crise com independência de classe

Os mesmos problemas da classe operária brasileira se reproduzem no Nordeste. A fragmentação e a ação criminosas das burocracias sindicais permanecem como obstáculos para que possam se colocar em movimento em defesa de suas condições de vida. O instinto de revolta é latente, apareceu nas manifestações de junho de 2013 e contra a Copa bilionária dos capitalistas em 2014. Importantes greves eclodiram nas obras do PAC, como na Refinaria de Abreu Lima e no Porto de Suape (PE).

É necessário organizar o combate sem tréguas ao governo golpista de Temer. A realidade mostra que corresponde ao momento uma forte campanha pelos empregos, pelos salários, contra o corte de direitos, pelas condições de vida mais elementares das massas. As direções sindicais têm tentado canalizar as massas para a disputa interburguesa sobre o futuro do governo Dilma. Têm tido mais sucesso entre as camadas mais pobres da pequena-burguesia.

A classe operária, dispersa e temerosa diante das demissões, mantém-se na expectativa. Se conseguir centralizar suas forças, porém, se erguerá poderosamente. Seu método só pode ser o que foi construído historicamente a partir das experiências da própria classe, a via da ação direta com as greves, manifestações, bloqueios e ocupações.

A luta no campo da independência de classe significa marchar sob a estratégia do governo operário camponês, é este o tipo de governo, resultante da revolução proletária, que poderá romper com as cadeias que mantêm o atraso no Nordeste, que poderá harmonizar as forças produtivas nacionais, deixar de tratar a seca como um problema climático e acabar com as mazelas que assolam os explorados. A construção e enraizamento do POR na região é uma tarefa urgente. Nisso estamos trabalhando.



# Latifundiários assassinam o agente de saúde indígena Clodioli Aquileu Rodrigues de Souza

Os conflitos entre fazendeiros e indígenas na região não é de hoje. A violenta repressão do dia 14 de junho, desfechada pelos fazendeiros, assassinou o índio Kaiowá e feriu vários. Os índios foram surpreendidos com a chegada de caminhonetes, motocicletas, cavalos e tratores, usados por pistoleiros, capangas e milicianos, que chegaram atirando contra o acampamento dos Guarani e Kaiowá, na Fazenda Yvu (área em processo de demarcação pelo Ministério da Justiça). Sob os gritos de “Bugres, Bugres”, os matadores incendiaram o local e sob rajadas de balas expulsaram os indígenas, que correram pela mata. Tombaram cerca de seis, um deles para sempre.

O ataque dos latifundiários objetivou expulsar um grupo de 100 famílias que havia reocupado o território chamado de teko-ha Toropaso, onde fica a Fazenda Yvu. Um dia antes, houve uma intimidação, os fazendeiros cercaram o local e espreitaram a rotina dos indígenas acampados. No dia seguinte, uma operação de guerra partiu contra os índios. Eis o relato: “Vieram mais de duzentos carros. Fizem uma divisão, dois grupos: um veio de um lado, pela divisa da aldeia, fizeram um cerco na gente. Do outro lado, veio pá cavadeira (tipo de trator) e arreventou a cerca, e começaram a entrar pelo campo. Vieram atirando, atirando, tiroteio feio mesmo, arma pesada”. Nessa ação, perdeu a vida o jovem indígena Clodioli Aquileu Rodrigues de Souza.

A fazenda Yvu é uma das propriedades da chamada Terra Indígena Dourados-Amambaipeguá I, área de 55,6 mil hectares. Antes da votação do impeachment de Dilma Rousseff, houve uma pressão para que assinasse o processo de homologação da terra indígena. Esse ato da presidente Dilma fez parte um conjunto de medidas para ganhar apoio de setores sociais contra a sua destituição. Trata-se de uma antiga reivindicação que ficou engavetada pelos petistas por 14 anos.

A luta dos Guarani-kaiowá pela posse de suas terras vem desde o século XIX, quando foram expulsos pelos latifundiários. Depois da Constituição de 1988, que reconheceu os direitos dos índios sobre terras tradicionalmente ocupadas por eles, iniciou-se a mobilização em torno da demarcação. Os fazendeiros acusam o governo Dilma de piorar a situação com a assinatura da demarcação e se mostraram dispostos a defender suas propriedades com as armas. O fato é que os indígenas não têm ainda a posse da terra. O despacho do presidente da Funai publicado um dia após o afastamento de Dilma seria ainda parte da primeira fase do processo de homologação, formado por identificação, declaração e homologação propriamente dita.

O assassinato do jovem indígena nesse dia 14 junho

faz parte da violenta investida dos latifundiários contra os 70 mil índios de Mato Grosso do Sul. É de responsabilidade, também, dos governantes, pela demora na demarcação de terras e pela miséria crescente da população indígena.

Apesar da Constituição de 1988 ter estipulado prazo de cinco anos para que a demarcação ocorresse, até hoje a maioria dos índios do estado vive em acampamentos na beira de estradas ou dividindo pequenas reservas. Durante o governo Lula, em novembro de 2007, o Ministério Público Federal assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com a Fundação Nacional do Índio, estabelecendo o prazo de junho de 2009 para a publicação dos

estudos antropológicos que definiriam quais as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas em Mato Grosso do Sul. Mas não avançou em função das medidas judiciais desfechadas pelos latifundiários. Hoje, a situação é dramática. Além da fome, miséria e doenças, os indígenas estão expostos às matanças.

A história do Brasil está manchada pelo massacre de povos indígenas, pela sua escravização, pelos assassinatos constantes dos lutadores e pela fome e miséria que imperam nas aldeias em terras demarcadas e não-demarcadas.

***Sob o capitalismo, impera a violência contra os oprimidos, entre eles as nações indígenas. Caberá à classe operária, organizada em seu próprio partido revolucionário, unir os explorados e oprimidos para a tomada do poder pela insurreição. A solução do problema da terra e das nações indígenas virá da revolução proletária.***

A colonização afogou em sangue povos indígenas inteiros. As lutas indígenas contra os invasores capitalistas não foram poucas. Mas não puderam evitar a dizimação e a escravização. Hoje, um pequeno punhado de etnias continua a luta árdua pela posse da terra, única forma de sobrevivência. A burguesia não pôde e não poderá solucionar esse grave problema, porque expressa os interesses gerais da classe capitalista. A simples demarcação de algumas áreas para uso exclusivo do povo indígena resulta em conflitos violentos nas regiões Norte e Centro-oeste, onde a maioria das poucas etnias está acantonada. Sob o capitalismo, impera a violência contra os oprimidos, entre eles as nações indígenas. Caberá à classe operária, organizada em seu próprio partido revolucionário, unir os explorados e oprimidos para a tomada do poder pela insurreição. A solução do problema da terra e das nações indígenas virá da revolução proletária.

O Partido Operário Revolucionário tem em seu programa as bandeiras de “Fim da opressão étnica. Atendimento das reivindicações indígenas. Proteção especial do Estado Operário às nacionalidades. Direito à autodeterminação”. É na luta diária contra os massacres e assassinatos que levaremos o programa da revolução proletária para o seio da classe operária, para os camponeses, indígenas e demais oprimidos.

## **MANIFESTO Nacional de Educação**

Nos 17 e 18, será realizado em Brasília o II ENE. Os organizadores determinaram seis eixos para os debates: gestão; financiamento; avaliação; trabalho e formação dos trabalhadores e trabalhadoras da educação; acesso e permanência; gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-raciais. Trata-se de uma atividade sob a direção da CSP-Conlutas. O ENE será aberto com uma manifestação e a entrega de uma carta ao MEC.

A Corrente Proletária na Educação/POR participará apresentando resoluções e divulgando um Manifesto programático, que publicamos abaixo.

# **Que o II ENE aprove um plano de lutas contra o governo golpista de Temer (PMDB, PSDB e DEM)**

A crise política persiste apesar do triunfo do golpe institucional contra o governo de Dilma Rousseff. O governo Temer desde o início se mostrou completamente apodrecido, não por acaso seus ministros já começaram a ser derrubados. A operação Lava Jato não pôde ser freada imediatamente, pois seu fim não pode aparecer como obra das oligarquias políticas enquistadas no Estado. A falta do desfecho do impeachment no Senado comparece como mais um fator de instabilidade, porém, não se cogita o retorno de Dilma. Mesmo que a conspiração tenha se evidenciado, os fatos não serão alterados. Caso a permanência de Temer se torne inviável, a saída da burguesia será a das eleições antecipadas.

O governo Dilma não caiu por causa da corrupção, ao contrário da campanha midiática insuflada pelo Judiciário. O governo Temer também não será interrompido por este motivo, por mais que seus ministros estejam enlameados até o pescoço. Dilma foi retirada porque, ante a crise econômica, não conseguiu seguir garantindo o superávit fiscal. A sorte do governo de Temer depende de sua capacidade de extrair mais recursos do Estado e criar condições para uma maior exploração da força de trabalho para pagar os juros e amortizações da dívida pública. Este é o sentido de sua política: aprovou o orçamento com o déficit de R\$170 bilhões, medida que servirá para justificar que os explorados aceitem o “remédio amargo” para o país sair da crise. Os planos de Temer já estão anunciados nos documentos Ponte para o futuro e A travessia Social. É dever dos presentes no II ENE organizar um combate sem tréguas ao governo golpista.

É parte do ajuste fiscal 1) a reforma da previdência, fazendo com que os trabalhadores só se aposentem quando estiverem com o pé na cova e que a diferença de tempo de serviço entre homens e mulheres seja eliminada; 2) a retirada de direitos trabalhistas com a generalização das terceirizações; 3) o corte de recursos dos programas sociais como o Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, com o pretexto de priorizar os mais miseráveis entre os miseráveis.

Pesa sobre a cabeça dos servidores públicos a ameaça do PL 257, que deve ser votado em breve diretamente no Senado. Por meio deste PL, os salários serão congelados; concursos e novas contratações serão suspensos; será aberto um programa de demissões voluntárias (PDV); as contribuições previdenciárias dos servidores subirão para 14%; a previdência complementar se expandirá para todos os estados e as terceirizações se generalizam.

A burguesia industrial da FIESP, que tinha como mote contra Dilma a denúncia dos impostos elevados e a rejeição à CPMF aceitará

as mesmas medidas vindas do governo Temer, com a contrapartida de amplas privatizações e, sobretudo, uma maior liberdade para esfoliar os trabalhadores, explorá-los ainda mais, com menos direitos e menores salários. Os 11 milhões de desempregados servem como pressão aos demais para aceitarem a precarização mais intensa.

A CSP-Conlutas se perdeu com uma política esquerdista e oportunista de defesa do “Fora Todos” e “Eleições gerais já”, como se o problema dos trabalhadores fosse resolver a crise política da burguesia. A superação deste quadro de dispersão passa pela criação dos comitês de luta, da organização das assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia. A resolução da CUT de realizar uma

Greve Geral deve ser apoiada, porém, vemos que as direções não estão levando esta importante bandeira a sério. É necessário que a CSP-Conlutas e Intersindical se unifiquem em uma frente única sindical que organize a luta em torno das reivindicações como uma alavanca para exigir da direção da CUT que coloque em marcha uma campanha real pelas reivindicações contra as medidas antinacionais e antipopulares do governo golpista de Temer, que crie as condições para a Greve Geral.

### **Unificar as lutas na educação**

Além da defesa geral contra as privatizações, retiradas de direitos e cortes orçamentários, que unifica todos trabalhadores e a juventude, não faltam demandas comuns na área da Educação. O projeto destruidor de Temer já está em curso. Tem como eixo a prorrogação para 2023 e ampliação para 30% da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que retirará verbas da saúde, previdência, assistência e educação para garantir o pagamento da dívida pública. Junto com isso, deve intensificar a privatização do ensino superior, com o pretexto de focar nas séries iniciais. O tal foco, porém, significa o aprofundamento da política meritocrática e punitiva que condiciona qualquer incremento salarial ao embuste das “qualificações” (que não passam de pretexto para abrir campo para corporações privadas de ensino oferecerem cursos, em geral, à distância) e às avaliações (que servem para jogar a culpa do fracasso escolar nas costas dos professores).

Os estudantes secundaristas têm demonstrado o caminho a seguir. No ano passado, com as ocupações em São Paulo, conseguiram frear o plano de Alckmin de fechar salas e escolas. Outros estados também têm sido palco de ocupações contra a entrega das escolas à gestão das Organizações Sociais. Nas universidades, a resposta das greves não tem conseguido romper o corporativismo

*(...) que a CSP-Conlutas e Intersindical se unifiquem em uma frente única sindical que organize a luta em torno das reivindicações como uma alavanca para exigir da direção da CUT que coloque em marcha uma campanha real pelas reivindicações contra as medidas antinacionais e antipopulares do governo golpista de Temer, que crie as condições para a Greve Geral.*

e a passividade, com raríssimas exceções. Coloca-se a necessidade de unir estudantes, professores, funcionários e comunidade escolar para derrotar os ataques à educação.

A garantia de acesso irrestrito a todos níveis de ensino, sem vestibular ou ENEM, depende do combate à privatização e desnacionalização da educação. A luta pelo orçamento é importante, mas o fundamental é o combate pelo fim do sistema privado de educação. O II ENE deve aprovar uma campanha nacional pela estatização do sistema privado, sem indenização, e constituição de um único sistema público, gratuito, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. O combate às burocracias escolares e universitárias significa que a própria comunidade escolar e universitária deve tomar em suas mãos os rumos das escolas e universidades. Nas ocupações secundaristas, vislumbrou-se o potencial das escolas controladas pelos que estudam e trabalham. Nas universidades, a luta contra a privatização passa por derrotar a burocracia privatista com o co-governo de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal.

## **Democracia operária como método**

Uma luta desta magnitude, que começa pela defesa das reivindicações dos setores da educação, passa pela unidade com os demais trabalhadores e se projeta como uma frente antiimperialista para livrar o país da sangria da dívida pública depende da ampla democracia operária. Aqueles que são chamados a lutar devem participar ativamente da formulação das políticas e planos de luta. É no embate de posições e propostas que o movimento se politiza. Infelizmente, se temos do lado da CUT um profundo processo de estatização e burocratização, vemos que a CSP-Conlutas, mesmo sendo antigovernista, também tem métodos burocráticos. Uma das suas manifestações é a prática do “consenso progressivo”, que rege o II ENE. Assim, as entidades se reúnem e definem a priori o que será aprovado e organizam uma encenação de participação, com GTs e plenárias que nada decidem. É preciso que esta prática seja abandonada.

A plenária deve ser deliberativa e deve-se colocar na ordem do dia o combate sem tréguas ao governo golpista de Temer. Não precisamos de mais um encontro acadêmico e distracionista. A conjuntura exige que todas energias destinadas a construir o II ENE se voltem à aprovação de um plano de lutas em torno dos seguintes pontos:

Não ao pagamento da dívida externa;

- Contra os cortes no orçamento da saúde, educação e programas sociais;
- Abaixo as reformas da previdência e trabalhista;
- Derrotar nas ruas o PL 257;
- Contra as privatizações;
- Pelo fim das terceirizações, efetivação dos terceirizados (trabalho igual, salários e direitos iguais);
- Constituir uma frente única sindical pelo emprego, salário e direitos;
- Estatização, sem indenização do sistema privado de ensino e criação de um único sistema público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham.

A luta no campo da independência de classe exige a adoção da estratégia de poder do proletariado, o governo operário e camponês.

## **Direção aventureira do movimento secundarista tenta ocupar a Diretoria de Ensino de Caraguatatuba.**

# **Organizar uma ampla campanha nas bases pelo cumprimento do acordo judicial!**

No dia 03/06, houve uma tentativa de ocupação da Diretoria de Ensino (DE) da região de Caraguatatuba, motivada pelo descumprimento por parte da DE do acordo judicial firmado no final do ano passado entre os ocupantes da Escola Colônia dos Pescadores, a direção da escola e a própria DE. No acordo, o Governo se comprometia a não fechar nenhuma turma, mas só este ano foram fechadas mais de 50, somente na região.

O movimento não conseguiu entrar no prédio da DE e saiu frustrado, pois se deparou com o prédio trancado para evitar a ação. Diante da dificuldade para entrar no prédio, o movimento não tinha condições de se manter no espaço da área externa. Uma assembleia decidiu pela saída dos estudantes.

A decisão de ocupar a DE foi tomada na semana anterior em uma reunião informal onde estava majoritariamente a UJS, sem a presença do membro da Corrente Proletária Estudantil (CPE). Essa parcela chamou depois as demais correntes que atuam no movimento estudantil para participar da ocupação, ou seja, a decisão foi tomada por fora do movimento. A direção dessa tentativa, a UJS, não analisou as condições em que o movimento mais geral no Estado se encontra, nem mesmo a mobilização local, para que se aconteça uma ocupação. O que deixa claro que foi uma ação aventureira, desesperada, descolada das bases estudantis.

O que fica de lição desta experiência?

- 1) a vanguarda do movimento - que continuava mobilizada, realizando assembleias periódicas, panfletagens, etc. - não deve se distanciar das bases estudantis, tem na verdade que concentrar a sua atuação na formação e politização destas;
- 2) é preciso levantar uma ampla campanha em torno do cumprimento do acordo judicial, o que implica na divulgação e explicação dos termos do acordo e o debate sobre as formas que o movimento tem para garantir o seu cumprimento (método da ação direta);
- 3) o movimento precisa garantir a democracia estudantil, todas as correntes devem expressar as suas posições e as decisões precisam ser tomadas nos fóruns do movimento, não externamente;
- 4) É preciso agora chamar uma assembleia para realizar o balanço da tentativa de ocupação e reorganizar o movimento secundarista na região!

## Tropa de Choque reprime movimento estudantil e invade moradia na USP – estudantes resistem e expulsam polícia

# É preciso responder com um programa que una as reivindicações à luta pela expulsão da PM e fim de toda repressão!

Na quinta feira, dia 16 de junho, estava prevista a reunião do COG (Conselho de Graduação) dentro da reitoria. A *Ocupação Preta* (movimento que luta contra a opressão à população negra) organizou sua inviabilização ocupando a reitoria. O feito se deu, porém, limitou-se ao lado de fora do prédio, ocupando o pátio central. Nisso, criou-se um cordão da PM entre os ocupantes e o prédio, além dos policiais que resguardavam a reitoria por dentro. Uma vez ocupada, a assembleia geral estudantil foi transferida para a reitoria.

A assembleia encaminhou quase que exclusivamente as ocupações, transferindo as demais propostas para o comando de greve marcado para o dia seguinte. Votou-se inicialmente a manutenção da ocupação do pátio da reitoria. Defenderam o MRT (ex-LER-QI), MNN e o Enfrentamento (corrente estudantil composta por anarquistas e independentes). Os contrários eram o PSol, PSTU (que defenderam que não se devia ocupar, mas “mobilizar indo às ruas”, etc.) e o POR (que mostrou que não havia condições de se permanecer ali diante da repressão policial armada pelo reitor/governo e era necessária a ocupação dos blocos K e L). A proposta perdeu por contraste. Na sequência, votou-se a ocupação dos blocos K e L. A votação foi apertada, necessitando contagem. O resultado foi 192 contrários e 181 favoráveis. Votaram contra o PSol, PSTU, PCB, PT, MRT, MNN e Enfrentamento. Votaram a favor o POR, PCO e independentes.

Repetiu-se o mesmo cenário da penúltima assembleia, quando a proposta havia perdido por 7 votos, à exceção do PCO, que compareceu na primeira assembleia que deflagrou a greve e se ausentou do movimento por mais de um mês, reaparecendo somente agora.

Encerrada essa votação, os favoráveis se organizaram e se destinaram aos blocos K e L com o objetivo de ocupá-los. Mas a desorganização com as ferramentas atrasou a ação e permitiu que a polícia chegasse e intimidasse os estudantes. Mas, não houve dispersão. Manteve-se a coesão, organizando a passagem pelo corredor do CRUSP, convocando os moradores a uma assembleia extraordinária imediata. Ela se instalou e aprovou a ocupação dos blocos K e L. Assim, em posse dos aparatos devidos, o movimento destinou-se novamente aos blocos, retiraram o carro estacionado na frente da porta de acesso e tentaram, sem sucesso, romper a porta blindada. Nisso a polícia reapareceu. O movimento desta vez não se intimidou e, enquanto uma parte tentava com todas as forças abrir a porta, outra, com pedras nas mãos se defendeu da investida da PM e a fez recuar pela primeira vez. Tratou-se de um recuo momentâneo, pois logo a seguir interveio a Força Tática, munida de balas de bor-

racha, de efeito moral e gás lacrimogêneo.

Os estudantes correram para o CRUSP. A Força Tática iniciou então uma repressão violenta no interior da moradia estudantil. A princípio soltaram bombas e gás de fora para dentro do CRUSP, por uma das entradas e pelas laterais que dão acesso à moradia. O movimento resistiu. Aos gritos de “*Acorda Crusp!*” e “*Crusp Resiste!*”, convocaram-se todos para reforçar a resistência. A polícia então avançou ostensivamente para dentro da moradia. As bombas e gás não pouparam nem mesmo as crianças. A polícia chegou a entrar em alguns blocos e apartamentos. A resistência se manteve. Em marcha avante, sob o canto de “*Moradia estudantil, não dá para esperar! Os blocos K e L é todo nosso, vamos ocupar!*”, barricadas foram levantadas e, novamente com pedras, o movimento se defendeu e fez a polícia recuar definitivamente.

O confronto perdurou até pouco depois da 1 hora da madrugada. Cinco estudantes foram presos. Mas nenhum deles estava no local do confronto. A prisão foi executada aos arredores. Os detidos prestaram depoimento. Imputaram a eles depredação de patrimônio público e foram liberados na mesma madrugada, assistidos pelo Advogado da AMORCRUSP. Enquanto isso, no CRUSP, estabeleceu-se uma nova assembleia para reorganizar o movimento, que deliberou por ocupar o Espaço de Vivência do DCE, entregue à burocracia em 2007 em um acordo às costas dos estudantes, realizada pela gestão do PT - “*Camarão que Dorme a Onda Leva*”. O acordado comprometeria a autonomia do movimento sobre o espaço, uma vez que se estabeleceu a reforma do lugar e a entrega do controle dos alugueis para a reitoria, que somente se repassaria ao DCE um percentual do dinheiro arrecadado. Até o fechamento desse jornal, o espaço de vivência mantém-se ocupado.

## As correntes pequeno burguesas novamente se emblocaram contra a ocupação dos blocos K e L

Muito embora a permanência seja eixo da greve, as correntes reformistas, centristas e estalinistas sistematicamente vêm votando contra a ocupação dos blocos K e L, provando pela prática o quanto destoam de seus discursos radicalizados. O principal argumento é que os blocos K e L não serviriam de moeda de troca para as demais reivindicações. Mas é preciso distinguir o conteúdo distinto nas defesas contrárias das correntes. O PSol e PCB, direção do DCE, são contrários a qualquer tipo de ocupação. Não estão dispostos a impulsionar a greve, o que levaria necessariamente ao choque com a reitoria. Mantém a defesa da greve por estarem em zona de conforto devido à greve dos professores. O MRT, e em certa medida o



Enfrentamento, se colocam contra a ocupação dos blocos K e L por que se subordinam politicamente à direção do Sintusp. Preferem a ocupação da reitoria porque dessa maneira poderiam negociar o reajuste salarial.

Desde o começo da greve, essas correntes têm procurado submeter politicamente o movimento estudantil de forma a alavancar e impulsionar a greve dos funcionários. Não há uma política de unidade real, como procuram fazer parecer, mas uma política em que se subordina a greve estudantil à dos funcionários. Assim foi com a ocupação da Letras, que serviu de holofote aos funcionários. Agora, diante da intransigência dos reitores que encerraram as negociações, querem que os estudantes aprovelem a ocupação da reitoria, para que só então possam se incorporar e usá-la para impulsionar sua greve salarial. Quanto ao MNN, pela crescente tendência ao alinhamento com as posições da direção do DCE, era de se esperar que se somasse aos ensaístas de burocratas, atuantes para bloquear o movimento.

Seja se escondendo covardemente por detrás da direção dos professores ou seguidistas da direção dos funcionários, todos novamente repetem o mesmo erro de fazer da greve estudantil mero apoio à greve salarial dos trabalhadores, como em 2014.

## Por que o POR votou contra a continuidade da ocupação do pátio da reitoria e em favor da ocupação dos blocos K e L?

Uma ocupação deve expressar a vontade da maioria ao redor de uma reivindicação comum. Não pode ser resultado do interesse particular de um grupo ou das correntes. Toda ocupação é ação das massas ou expressão delas, do contrário será deformada e não servirá para organizar e impulsionar a luta, mas para desarticulá-la sob pena de desconfiança das massas em seus próprios métodos, descaracterizados pela inconsequência de direções ou grupos descolados das massas.

O POR votou contra, não por negar a ocupação da reitoria enquanto método, nem por ignorar que esse seria um caminho para se chocar com o poder da casta burocrática. A força de uma ocupação da reitoria poderia ser maior que a ocupação dos blocos K e L. Dependeria de uma tendência das massas estudantis para ocupá-la sob bandeiras que expressassem as reivindicações de conjunto, que se opõem ao poder do reitor/governo. Naquele momento, isso não se verificava. O cerco policial inviabilizava a entrada no prédio pelos presentes. A votação mostrou que apenas os membros de parte das correntes se colocaram por permanecer no local.

Concretamente existe uma tendência para ocupar os blocos K e L, que se explica pelo constante sucateamento e privatização da universidade, ou como tem se dito, “desmonte”. Mas não basta constatar que há o desmonte, é preciso saber como ele se manifesta e quais são as tendências de luta que se chocam com essa política. A falta de moradia (um levantamento inicial apurou que apenas próximo de 15% dos estudantes inscritos que se encontravam no alojamento conseguiu vaga) é expressão dessa política e tem se organizado uma resposta concreta

que é ocupar os blocos K e L, retomando-os para moradia.

A ocupação dos blocos K e L seria uma derrota da reitoria e uma vitória parcial do movimento. Essa ocupação mostraria aos estudantes e trabalhadores que as reivindicações devem ser arrancadas à força e que esse é o único caminho para a vitória e não as negociações, como defendem as correntes pequeno burguesas que veem os blocos K e L como uma “não moeda de troca”. As últimas greves e a Ocupação da SAS nos ensinam que o reitor/governo estão inflexíveis nas negociações, elas têm sido infrutíferas. Os acordos não são cumpridos e a reitoria avança em sua política privatista, se mostrando cada vez mais intransigente e autoritária. A ocupação dos blocos K e L seria uma experiência preciosa aos funcionários e estudantes, pois mostraria que as condições de estudo, trabalho e salário teriam de ser arrancados com a luta. Essa experiência os aproximaria ao objetivo estratégico de destruição do reitorado e constituição do Governo Tripartite.

## Assembleia Geral Extraordinária e Comando de Greve concomitantes

A assembleia que ocorreu no CRUSP após a repressão po-



licial aprovou a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia seguinte, mesmo dia e horário do Comando de Greve. O curso de psicologia imediatamente convocou uma assembleia onde se aprovou que os delegados levariam para o Comando a proposta de seu cancelamento e incorporação à assembleia geral extraordinária convocada no CRUSP. No próprio comando, a proposta foi endossada pelos delegados da Filosofia e pela comissão tirada na assembleia extraordinária responsável por reforçar a posição da Psicologia. Foi colocada em votação e novamente o PSol, PSTU, MRT, MNN e Enfrentamento votaram contra. Desta forma, ocorreu paralelamente Assembleia Geral Extraordinária e o Comando.

Essas correntes renunciaram a dar uma resposta a intervenção policial na universidade, agravada pelo fato de ter sido internamente à moradia. Aqui está o conteúdo de classe da política pequeno burguesa oposta à política do proletariado. A renúncia dessas correntes é uma irresponsabilidade com o movimento estudantil no seu conjunto, pois o silêncio é expressão na conivência velada à intervenção do Estado burguês.

## Responder à agressão policial

É preciso convocar as assembleias de base unitárias em todas as unidades, que discutam a resposta à agressão da polícia, cerco à reitoria e invasão do Crusp. Discutir e aprovar um programa que una as reivindicações concretas e mais sentidas à luta pela expulsão da polícia, fim de todos os processos e da repressão. Apontemos para o responsável pela violência e prisão de estudantes, o reitor/governo. Unamos nossas forças numa assembleia geral universitária e lutemos pelo fim da ditadura do reitorado e sua burocracia, e pela constituição de um governo tripartite!

## **Violência contra a mulher**

# **A luta conseqüente para acabar com a violência sobre a mulher depende do programa de emancipação e igualdade**

Não dá para esconder que as mulheres ocupam uma posição de desigualdade em relação ao homem. A não ser a direita burguesa obscurantista, há, ainda que em palavras, da parte de setores da política burguesa, o reconhecimento dessa constatação. O que, porém, precisa ser esclarecido é que tanto aqueles que admitem a existência da desigualdade quanto os que a consideram natural ocultam a sua raiz.

Faz parte do senso comum que não se pode acabar com a desigualdade sem erradicar as causas. Há inclusive um ditado popular que diz: “não se pode acabar com a febre sem atacar a infecção”. Por mais clara que seja essa conclusão, no entanto, tudo se faz para não a evidenciar no caso da discriminação da mulher. Nisto estão unidos reacionários e progressistas burgueses e pequeno-burgueses. É bem provável que haverá quem diga que há mais de uma causa e explicação. Essa questão ressurgiu diante do estupro coletivo da jovem de 16 anos no Rio de Janeiro.

## **Violência contra a mulher**

O estupro é considerado um dos atos mais terríveis de agressão à mulher. Trata-se da violação de sua sexualidade, sentimento e psicologia. Ao seu lado, estão os assassinatos, espancamentos, qualificações morais, humilhações e tráfico de menores. Acrescenta-se o aborto clandestino que causa grandes danos à saúde física e mental, em razão da privação do direito de interrupção da gravidez. Essas manifestações se enfeixam e constituem a prova do quanto a mulher padece com a desigualdade e o quanto é socialmente vulnerável.

Bastaria essa carga de agressões e privações para colocar na ordem do dia a tarefa de acabar com a desigualdade. No entanto, a situação da mulher é ainda mais calamitosa. Arca com diferenciações na família e no trabalho. A dupla jornada de trabalho - isso se não estiver reduzida à condição de simples dona de casa - a esmaga no dia-a-dia. Os salários são menores que os recebidos pelos homens. Têm a seu encargo a maternidade, que devem levar adiante nestas duras condições. Não há proteção a essa função natural de progenitora, uma vez que a maternidade não é assumida como função social.

A ocorrência de um desses fatos é suficiente para que todos os demais venham à tona. Não é possível desvincular, portanto, o estupro das condições gerais de opressão vivida no dia-a-dia. Pela mesma razão, não se chega à real situação da desigualdade apenas por um dos fardos que a mulher carrega. No plano da política e da ideologia burguesa, no entanto, o estupro é encarado como se não tivesse nada a ver com a dupla jornada, com as diferenciações salariais, etc.

A separação e o tratamento isolado das múltiplas formas de violência sofrida pela mulher não permitem revelar a raiz comum. A denúncia e a luta diante de casos particulares - como o do estupro coletivo -, certamente, devem ser travadas como reação imediata ao fato. Para que sirvam ao movimento de

emancipação e igualdade é necessário que exponham as causas, expressem o programa revolucionário e rechacem as falsificações burguesas.

## **O que dizem os números**

As estatísticas fora dos acontecimentos parecem números frios, apesar de aterradores. Abundam estudos e comprovações de que as agressões, assassinatos e estupros são rotineiros, cuja grande incidência atesta o quanto a mulher continua à mercê do homem. Diante de acontecimentos como o do estupro coletivo, as estatísticas ganham vida, exigem explicações das autoridades, mobilizam as organizações feministas, animam os tais dos especialistas a apresentarem teorias e soluções e ensinam as igrejas a professarem sua doutrina.

Ao lado da discussão sobre a que ponto chegou a violência contra a jovem de 16 anos, os comentários jornalísticos mostraram que, segundo o SUS, 147.691 casos de violência sexual e física foram registrados - uma média de 405 por dia ou um a cada quatro minutos; no caso de estupro, uma ocorrência a cada 11 minutos (cerca de 50 mil por ano). Esses números são considerados muito parciais, uma vez que grande parte das agressões não é notificada pela vítima.

Estima-se que algum tipo de violência sexual atinja mais de meio milhão de mulheres, sendo que apenas 10% são registrados. O principal agressor é o marido, respondendo por 22,5%. Somente 13% são atribuídos a estranhos. O restante das ocorrências cabe a homens próximos da vítima (padrasto, namorado, ex-namorado e irmão). Observa-se que 8,1% das graves agressões físicas são praticados pela mãe. Número significativo por estar pouco abaixo do irmão e muito acima do padrasto, do namorado e ex-namorado. Esses números são ainda mais aterradores: 71% dos estupros atingem as faixas de até 12 anos e de 13 a 19 anos. Grande parte ocorre no interior da família e nos círculos mais próximos das vítimas. É sintomático que mais de 50% dos assassinatos são praticados por familiares.

O fato de a família abrigar o maior número de violência física, psicológica, moral, sexual e de cárcere privado não é por acaso. Ainda que não se tenha grande precisão estatística, está claro que a opressão sobre a mulher começa na família. Via de regra essa constatação é tomada como simples referência. Pontualmente, consideram-se como principais motivos da violência o alcoolismo e o ciúme. As causas fundamentais da desigualdade e da subordinação da mulher na família são desconhecidas ou ocultadas.

## **Prisioneira da família**

A base da discriminação e da degradação da mulher se encontra justamente na sua capacidade produtiva. A família como unidade econômica da sociedade de classes, - no caso, o capitalismo - estabelece os laços de dominação e de subordinação ao

homem. Não por acaso, os constrangimentos e o uso da força bruta sobre a mulher começam na família, irradiam-se para a vizinhança e se espalham no desconhecido.

As sociedades de classes – o capitalismo apenas deu continuidade e fez adaptações – estabeleceu uma divisão social do trabalho que escravizou a mulher na família, atribuindo-lhe as tarefas da economia do lar. Nessa relação, foi subordinada ao homem. A sua capacidade produtiva, criadora e organizadora sofreu, assim, um grande atraso. O fato de o capitalismo ter modificado a situação da mulher incorporando-a na produção não eliminou a divisão social no seio da família, a desigualdade e a sua inferiorização.

As consequências revelam outros aspectos da desigualdade que extrapolam a situação da mulher na família. Os capitalistas exploram as massas femininas como força de trabalho inferiorizada: pagam-lhes salários menores, discriminam-nas pela faculdade da maternidade e impõem-lhes dura jornada de trabalho. Como é de conhecimento corriqueiro, em casa continua a trabalhar, presa que está à divisão capitalista do trabalho. Está aí por que a mulher que arca com o maior peso da opressão pertence à classe operária, às camadas da classe média arruinada e aos camponeses pobres. A família como unidade econômica a mantém subordinada às tarefas internas e serve à dupla exploração, reconhecidamente como dupla jornada de trabalho.

Essa estrutura socioeconômica é fonte e espaço por onde se manifesta e perpassa a violência sobre a mulher. Os dados estatísticos acima expostos testemunham essa constatação. Começando o reconhecimento do fenômeno pela base econômica e social se encontra a raiz de classe da exploração e da opressão sobre a mulher. Torna-se possível compreender por que a maior parte dos assassinatos, estupros, espancamentos, humilhações psicológicas e morais se dá dentro do microcosmo familiar. A violência fora desse âmbito é uma extensão social, que conta com a contribuição de outras determinações.

## Reação do Estado

O estupro no Rio de Janeiro ganhou publicidade inédita. A jovem de 16 anos, que teve um filho com apenas 13 anos, relatou que foi violentada por três dezenas de homens. Uma cena se espalhou pelas redes sociais. A brutalidade e a estupidez do estupro coletivo obrigaram o Estado a responder, por meio do governo federal, do estado do Rio e do Congresso Nacional. A imprensa armou uma grande discussão na forma de campanha. A repercussão internacional reforçou a obrigação das autoridades de se pronunciarem e apresentarem soluções.

Sob a crítica da impunidade e da “cultura do estupro”, o delegado Alessandro Thiers perdeu a condução do caso, que foi transferido para a titular da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DECAV), Cristina Onorato Bento. O Secretário de Segurança Pública do Rio garantiu que “aqueles que praticaram esse

*crime hediondo serão achados, presos e condenados.*” O governador do Rio em exercício, Francisco Dornelles, declarou-se favorável à pena de morte. Michel Temer, presidente golpista, correu a lamentar e a oferecer toda ajuda policial necessária. O seu ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, anunciou a intenção de mandar ao Congresso Nacional uma Lei Complementar que agrava o cumprimento da pena a todos os tipos de crime. Em caráter de urgência, o Senado aprovou o projeto de lei apresentado pela senadora pelo PCdoB, Vanessa Graziottin, que aumenta a pena para o caso de estupro coletivo. A senadora pelo PMDB, Simone Tabet, fez uma emenda que coíbe divulgação na internet. Criou-se um “núcleo federal de enfrentamento à violência de gênero”. Os estados e municípios, de agora em diante, deverão enviar as notificações de casos para um banco de dados federal. Segundo o ministro da Justiça, trata-se de “redimensionar o policiamento preventivo e ostensivo”. Prometeu também que as delegacias especializadas devem ter o mesmo “protocolo de atendimento”, uma forma de não culpabilizar a vítima e de ter um igual tratamento dos casos em todo o País.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, aproveitou a ocasião para mostrar que no estado houve uma queda de 2,59% das notificações em um ano (maio de 2015 a abril de 2016). Mas, de janeiro a abril de 2016, foram registrados 3.242 estupros, sendo que no mesmo período de 2015 foram 3.164 notificações. O objetivo do governador foi o de dar a entender que, com 132 delegacias da mulher, o estado de São Paulo é um exemplo de proteção.

Vemos que as forças que comandam o Estado procuraram se livrar da acusação de que a impunidade é uma das causas fundamentais da violência contra a mulher. Temer foi criticado por constituir um corpo ministerial apenas com homens, colocar na nova

Secretaria de Política para Mulheres a reacionária Fátima Palaes (PMDB) e desmontar o ministério que cuidava das questões de “gênero”. A desigualdade, a discriminação e o volume dos casos de violência contra a mulher impõem-se diante da política burguesa. Obrigatoriamente, os partidos, governos e instituições se veem diante da necessidade de responder. Os choques de visão e de proposição se refletem no Congresso Nacional, na imprensa, nos meios culturais, etc. A Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, consideradas avançadas, de repende se tornam insuficientes diante dos casos de estupros coletivos. Então o Congresso Nacional decide tipificar mais rigorosamente e impor uma pena mais dura aos agressores. Trava-se, assim, toda uma discussão sobre a impunidade e a obrigatoriedade do Estado de reprimir o crime e proteger as mulheres, como via de solução.

## “Cultura do estupro”

O presidente da Comissão de Direito Penal da OAB, Renato de Mello Jorge Silveira, não viu com bons olhos a nova tipificação dada pelo Senado e a intenção do ministro da Justiça de agravar a pena. Diz: “Não é aumentando a pena que se reprime um

crime. Se nossos sistemas policiais fossem efetivos, a certeza da punição teria efeito maior". Em resumo, o problema não estaria na falta de leis, mas na sua execução.

A promotora Silvia Chakian, que lida com a violência doméstica, se pronunciou na mesma linha: "A situação só vai mudar quando quem pratica violência tiver a certeza de que será punido de maneira severa e justa". Acredita-se que com a efetiva aplicação judicial e policial das leis já existentes se criará uma consciência sobre a existência de um sistema punitivo que protege as mulheres e o temor preventivo nos homens tendentes à violência.

Há quem ache que a referida impunidade se deve a uma "cultura do estupro" ou, no sentido mais geral, à cultura da "violência contra a mulher". O jornalista Vicente Vilargada, em seu artigo "O caso Abdelmassih e a cultura do estupro", descreve assim: "O mecanismo geral de proteção do homem é simples: muitos machos locais estão acostumados a se impor pelo assédio, em maior ou menor grau, e, quando acontece uma crise e algum comportamento extremo vem à tona, um macho protege o outro e não deixa o crime vazar, faz que não viu, minimiza o ato ou transfere a culpa para a vítima." A "cultura do estupro", para Vilargada, tem dupla face: de um lado, está assentado em que a vítima dá motivo para ser atacada; de outro, "muitas denúncias não prosperam porque os machos possuem um código de honra em que impera a hipocrisia e o silêncio." A crítica à "cultura do estupro" vem no sentido de enfrentar a "manifestação mais elementar da barbárie" com "tolerância zero".

Marcelo Freixo, conhecido militante do PSol, entende que a "cultura do estupro" se manifesta na declaração do deputado Bolsonaro de que não estuprava a deputada Maria do Rosário porque esta não merecia; na atitude conivente do prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes com o pré-candidato Pedro Paulo Carvalho que agrediu sua ex-mulher; no "rebaixamento das Secretarias da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos", que passou a ser controlada pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes; no projeto de lei 5060/13, que obriga a vítima de estupro a registrar o boletim de ocorrência e passar pelo exame de corpo de delito antes de ser atendida numa unidade de saúde; e no recebimento de Alexandre Frota, que defende a proibição da discussão sobre "identidade de gênero" nas escolas, pelo ministro da Educação, Mendonça Filho. Em síntese: "Diante de episódios tão reveladores do espírito patriarcal brasileiro, não surpreende que falar de cultura do estupro e a importância do feminismo na construção de uma sociedade justa incomode mais do que o fato de uma mulher ser violentada a cada 11 minutos." As denúncias de Freixo são precisas, demonstram nos fatos a posição reacionária de representantes da burguesia no Estado. Mas não explica de onde vem a "cultura do estupro" e o "espírito patriarcal brasileiro". O reformismo pequeno-burguês tem a crítica cultural como um dos pilares de sua política.

A professora de antropologia e coordenadora do programa "USP Diversidade", Heloísa Buarque de Almeida, explica que há uma naturalização da "cultura do estupro". Adentra à crítica à "produção cultural que por um lado naturaliza a desigualdade entre homens e mulheres e por outro torna as mulheres objetos". Recorre também à constatação de que "vivemos numa sociedade que nutre a ideia que se uma menina denuncia um estupro, a primeira coisa que acontece é cair a culpa sobre ela". Está de acordo que a primeira medida é a punição. Mas ressalva que "não basta punir", é preciso educar, "é urgente falar de gênero na escola", "educar os meninos a serem amigos das meninas".

A articulista Rosely Sayão se manifestou nesta mesma linha em "A questão de gênero na escola". Exorta: "Você quer que sua filha ou que seu filho seja cidadão de bem? Exija que a escola elabore um projeto de abordagem das questões de gênero e que discuta com a comunidade. Há muito material bom já elaborado para tratar desse tema na escola."

De fato, não faltam estudos acadêmicos sobre discriminação e violência sobre as mulheres, voltados a provar de que se trata de encarar a problemática do "gênero" do ponto de vista da educação combinada com a prevenção e punição. No plano político, trava-se um embate do movimento feminista e LGBT por dotar a escola de educação para a igualdade de "gênero" e superação do "machismo". Nas últimas décadas, cresceu a pressão no Congresso Nacional e sobre os governos para que abram a escola para a educação de gênero. O que desencadeou ações contrárias, partindo principalmente das igrejas que não admitem nem a discussão, nem a adoção do direito ao aborto, entre outras questões sexuais, morais e de saúde pública, que envolvem discriminações. Em Uberaba, a Câmara Municipal aprovou uma emenda na Lei Orgânica, que proíbe as "discussões de ideologias de gênero nas escolas." O evangélico e vereador Samuel Pereira divulgou uma cartilha em seu apoio – uma espécie de cruzada contra a ideologia de gênero.

## Resposta da Igreja

A informação é a de que a igreja católica apoiou a iniciativa de Uberaba. Nota-se que a defesa da "educação de gênero na escola" se tornou um campo de discussão ideológica. A posição mais representativa foi elaborada por Dom Odilo P. Scherer.

O cardeal procura mostrar que a "crítica aos comportamentos machistas", a denúncia à "cultura do estupro" e "o apelo à sua superação" não são "sem razão", mas não chegam ao essencial "da cultura do respeito à pessoa humana e à sua dignidade, respeito ao seu corpo e sua alma". Diz que não será com mais leis repressivas e cadeia que se superará a violência. É preciso a educação, mas não a que está sendo proposta. Falta-lhe a base moral. Essa é uma tarefa da família, como abordou o papa Francisco na sua "Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, sobre o amor na família." O que quer dizer subordinar a "educação de gênero" à religião.

Evidentemente, não há nada de novo nessa investida da Igreja. O que chama a atenção é o fato de Dom Odilo ter assumido o conceito de machismo e procurar aplicá-lo em sua contestação àqueles que procuram uma educação sexual baseada no "foco restrito à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e do 'risco' da gravidez indesejada (como se fosse doença também)". Retruca: "A justa preocupação com a prevenção de doenças, quando unilateral, poderia passar a ideia de que 'usando preservativo, o resto pode tudo', dando um aval implícito para atitudes machistas e atos sexuais irresponsáveis". No fundo, defende a doutrina da Igreja contra o aborto, os preservativos e o casamento e família de homossexuais. Está de acordo em que há uma cultura machista e de estupro, mas que deve ser tratada do ponto de vista da moral, cujo conteúdo é dado pela religião.

Não há dúvida de que se em algum momento o movimento feminista, ONGs e LGBT conseguirem que se introduza a "educação de gênero" nas escolas, a religião estará presente. É claro que somente a experiência poderá confirmar nossa certeza.



## “Machismo mata”

Uma das bandeiras levantadas nas manifestações foi “Machismo mata”. A tarefa, portanto, é combater essa praga com pronta punição, prevenção e educação. Na base da “cultura do estupro”, se encontra o machismo. Uma nova cultura, que não se sabe bem o que é, se encarregaria de formar novas gerações assentadas na igualdade.

Advoga-se que seria a libertária cultura de gênero. Há que se acabar com um valor caro ao “machismo” que é a demonstração da virilidade, da posse e da tomada da mulher como objeto de desejo. Estaria colocado, portanto, o desmonte do patriarcalismo. Uma grande transformação cultural e educacional levaria ao fim do reinado do macho e à igualdade de gênero. Nota-se que a generalização adjetivada reduz a subordinação da mulher e as consequências daí advindas à sexualidade. A nova cultura, portanto, tem por missão superar o poder do macho. Por se tratar de um campo de especulação, outras versões podem se manifestar.

A bandeira “Machismo mata” é sintomática. A violência sofrida pelas mulheres e homossexuais seria consequência de uma sociedade baseada no poder sexual do macho. Ao qual corresponde uma ideologia e uma cultura machistas, que devem ser superadas pela educação. A esquerda tem adaptado a “pseudo teoria do gênero” e do “machismo” – confeccionada na academia – ao objetivo histórico do socialismo. O que não muda o fundo especulativo de tais formulações acadêmicas, que servem ao feminismo burguês e pequeno-burguês da atualidade, diga-se, em escala mundial. A raiz e as causas fundamentais de toda sorte de violência contra a mulher não estão na prepotência de raiz cultural do homem e na longa tradição de suposto “sexo forte”, mas nas relações econômicas e sociais da sociedade de classes, no caso a capitalista.

## Superar o patriarcalismo

Qualquer que seja a cultura correspondente às relações econômicas e sociais. O fato desta fazer parte da conservação e da transformação histórica, expressando a ação e criação do homem, alcançando uma certa independência, não significa que não seja reflexo e que não esteja condicionada pela correspondente base material. Em última instância, a situação concreta de como a riqueza é produzida e distribuída determina a produção da cultura, o seu desenvolvimento e regressão.

No caso em questão, é verificável que a mulher violentada expõe o temor de ser responsabilizada. Uma das perguntas do delegado Alessandro Tihers à jovem estuprada foi se ela praticava sexo coletivo. E sua linha de investigação considerava sua ligação com o narcotráfico. É comum atribuir ao comportamento da vítima a causa da violência. Essa mentalidade está disseminada na população. Os aparatos judiciais e policiais reproduzem e reforçam uma falsa imagem do fenômeno da violência sobre a mulher e a violência em geral. Como não poderia deixar de ser, assim é concebida no Congresso Nacional, apesar das divergências e das contundentes polêmicas. Lembremos o gesto

do deputado Jean Wyllys de cuspir no reacionário Jair Bolsonaro.

O problema fundamental da tese feminista sobre a “cultura da violência e do estupro” está em que a desvincula de sua base material e procura a solução na constituição de uma nova cultura por meio da educação. Pretende acabar com a mentalidade patriarcal dominante por uma cultura em que a mulher deixa de ser objeto de prazer do homem. A denúncia concreta acaba servindo à impostura da transformação do poder do homem por meio da educação. Sequer se dá o cuidado de reconhecer que a relação patriarcal é produto histórico da sociedade de classes. Os valores e cultura patriarcais são criações da classe dominante, segundo a formação social vigente.

O patriarcalismo sucedeu ao matriarcado, que vigorava no comunismo primitivo. O que quer dizer que nem sempre a mulher esteve em posição subordinada ao homem. Em outras palavras, somente com a divisão do trabalho baseada na propriedade privada dos meios de produção se consolidou e se desenvolveu o patriarcalismo. No Brasil, o sistema colonial escravista, na sua forma pré-capitalista, trouxe consigo o patriarcalismo, totalmen-

te desconhecido e avesso ao comunismo primitivo dos indígenas. É bem conhecido o drama dos escravos e em particular da mulher negra. Mas em geral a mulher sofreu um tremendo atraso por sua condição de dona de casa. Conquistas elementares foram sendo atendidas gradualmente conforme o avanço das forças produtivas e a necessidade do capitalismo de incorporar as massas femininas na produção.

Observam-se mudanças nas condições de existência da mulher e no seu peso social na passagem do pré-capitalismo para o capitalismo e nas várias etapas de sua evolução geral. No entanto, a mulher continua sofrendo a divisão social do trabalho que a tornou prisioneira da família. Mudou a forma do patriarcalismo, mas sua essência se manteve. E será mantida enquanto o capitalismo sobreviver. Não é possível superar a mentalidade atrasada, conservadora e reacionária sobre a inferioridade da mulher por meio da educação, sob as condições normais da dominação de classe. Uma nova educação que eleve a consciência social de homens e mulheres será gestada no processo revolucionário de derrocada do capitalismo e construção do socialismo.

O patriarcalismo ou o que resta de seus vestígios cairão e ficarão para trás com a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Mulheres e homens serão iguais no processo de criação de riqueza, reprodução da vida e organização da vida social. O trabalho doméstico passará a ser social. A família deixará de ser parte da economia privada e expressão da divisão das classes. A mulher se tornou escrava do lar e objeto de satisfação justamente quando o homem se encarregou dos meios de produção na forma privada e a antiga família foi transformada em unidade econômica da sociedade de classes. Há um vínculo indissolúvel entre um e outro.

O capitalismo elevou às alturas a mercantilização das relações



familiares e o corpo da mulher como mercadoria. A escravidão doméstica da mulher está em sua base. O alto desenvolvimento das forças produtivas e a incorporação massiva das mulheres na indústria, comércio, serviços, etc. se choca com a estrutura familiar de economia privada. Em grande parte, essas contradições explicam, em última instância, a persistência e reprodução da violência sofrida pelas mulheres. É necessário resolvê-las historicamente, por meio da revolução proletária, socialista.

## Capitalismo em decomposição

Há um justo inconformismo diante de tamanha violência contra a mulher no sentido de que é incompreensível que no século XXI continue existindo e se agravando. Foi corretamente qualificado de barbárie o estupro coletivo. Vieram à memória o caso do Piauí em que as vítimas foram jogadas em um despeñadeiro e muitos casos escabrosos de pais que violam crianças. O estupro coletivo na Índia, seguido do assassinato da jovem, por ter tido repercussão mundial não poderia faltar como comparação com o que se passou no Morro do Barão, zona oeste do Rio de Janeiro.

A indignação, porém, não deve servir para ocultar a fonte da barbárie. Agrava-se a condição de opressão sobre a mulher no capitalismo em decomposição. É o que não querem admitir o feminismo e as esquerdas presas à pseudo teoria do gênero e do machismo. A própria máscara da “cultura do estupro”, que oculta as causas determinantes da violência, advém do impasse e da incapacidade da política burguesa de responder e resolver a opressão sobre a mulher ou qualquer outra forma de opressão, justamente por serem de classe.

Está à vista que recrudescer a violência em geral. Coloquemos o estupro coletivo da jovem e o assassinato pela polícia de um menino de 10 anos que furtava um carro, quase que concomitantemente, e temos uma dimensão mais clara do que vem a ser a barbárie. Comparemos a postura do delegado Thiers diante do estupro coletivo e da instituição policial diante do assassinato do menino e teremos de analisar mais profundamente o fenômeno da barbárie social. Não são casos fortuitos e isolados. As estatísticas sobre a morte por homicídio também são aterradoras. A maioria é de jovens, homens, pobres e negros. Reunamos todos os aspectos da violência social e chegaremos à decomposição do capitalismo.

A burguesia não tem como acabar com o desemprego, o subemprego, os salários miseráveis, a degradação dos camponeses, as favelas e toda sorte de penúria social, embora o capitalismo tenha atingido alta capacidade produtiva e gigantesco acúmulo de riqueza. As massas foram poderosamente submetidas por uma minoria burguesa que rege o destino do mundo. A grande maioria das nações atrasadas está obrigada a sustentar as potências decadentes e ferozes. A anarquia da produção social se converte em anarquia da vida social (aumento exponencial de todo tipo de violência, desintegração familiar, patologias e degeneração da humanidade, que inclui a regressão cultural).

A luta séria e consequente impõe que os explorados respondam a cada manifestação concreta da barbárie, mas sem separá-

la do conjunto. O que é possível se responderem ao programa estratégico do proletariado de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. Não se combate a barbárie capitalista sem ir à sua fonte primeira. Nenhuma reforma significativa e duradoura poderá ser realizada pela burguesia. A época de reformas progressivas do capitalismo ficou para trás ao adentrar a sua fase superior e última que é a do imperialismo.

## Somente o proletariado pode acabar com a opressão sobre a mulher

O marxismo não apenas formulou princípios, fundamentos e o programa de emancipação da mulher. Sempre deu enorme importância à luta pela igualdade. A Revolução Russa, no período anterior à revisão estalinista, pôs em marcha à incorporação da mulher na produção social, estabeleceu a legislação mais avançada que se tem e abriu caminho para a libertação da mulher russa dos grilhões da família herdada da servidão e do capitalismo.

A concepção marxista se assenta na demonstração que a situação da mulher se manifesta como um problema de classe e será resolvido pela luta de classes. Evidentemente, contrapõem-se ao reformismo burguês e pequeno-burguês, que como tal deformam e ocultam o caráter de classe da opressão.

A moda do presente é a pseudoteoria do “gênero” e do “machismo”, acrescida da pseudoteoria da “cultura do estupro” e “cultura da violência”, que aparenta ser uma crítica radical à desigualdade. No passado, o movimento feminista burguês chegou a um beco sem saída, o mesmo acontecerá com o de nossos dias. O obstáculo fundamental para que já não tenha se esgotado está

em que a classe operária sofreu um grande retrocesso político-organizativo com a estalinização e com o processo de restauração capitalista em andamento na ex-URSS, China, Leste Europeu e Cuba. Isso explica a atração de tais novidades para as esquerdas revisionistas, que procuram adaptar o marxismo ao reformismo, assumido por setores da classe média.

Há que se trabalhar no sentido contrário, na defesa da concepção e do programa de emancipação e igualdade das mulheres.

As reivindicações que emergem da opressão devem servir de ponto de partida para a luta estratégica de destruição do capitalismo pela revolução proletária. No momento em que as mulheres exploradas, principalmente as proletárias, se colocarem pela defesa de sua total incorporação na produção social, o que implica o fim do desemprego, abolição de toda diferenciação salarial, o que implica trabalho igual salário igual, reconhecimento da maternidade como função social, o que implica proteção geral à maternidade, superação de sua condição de dona de casa, o que implica restaurantes, lavanderia, creches coletivas, será dado um salto na luta contra toda forma de violência, inclusive o estupro; será dado um passo decisivo na organização das mulheres na luta de todos os explorados; será dada uma mudança qualitativa na consciência dos homens que vivem na carne a exploração e a opressão capitalista sobre a igualdade da mulher e seu papel criador na sociedade.

## Nesta edição:

- Bolívia: O estado de ânimo das bases fabris.
- Venezuela: Desagregação do regime chavista assinala a urgência do proletariado avançar a independência de classehile
- Chile: A contaminação produz o colapso da produção em vastas regiões de Chiloé
- Peru: As massas superarão suas ilusões nas soluções burguesas à crise no campo da luta de classes

# Artigos das Seções

## Comitê de Enlace

## pela Reconstrução

## da IV Internacional



## Bolívia

# O estado de ânimo das bases fabris

Até 18 de maio, as bases fabris reagiam de maneira tímida diante dos seus problemas que não eram atendidos pelo governo, como o não reconhecimento de sindicatos, a ausência de imunidade sindical e outras armadilhas mais. Sem dúvida, a sua raiva era passageira e logo após uma pequena tormenta novamente voltava a calma.

Em ninguém, nem a posição revolucionária difundida através de seu periódico, lhes faziam mudar o seu pensamento de que Evo Morales era seu irmão e não o seu inimigo. Sempre permanecia a esperança de que Evo era muito diferente dos ministros. Portanto, qualquer problema não resolvido pelos seus ministros era imediatamente respondido com o pedido para se reunir com Evo, era a última esperança.

Os dirigentes e as autoridades do governo, seguros desta fidelidade, jamais pensaram que poderia acontecer uma ruptura entre Evo e as bases operárias. As formas de cooptação dos dirigentes (viagens, estadias em hotéis luxuosos, cargos públicos para familiares, carros, etc.) não chegavam às bases fabris e somente beneficiavam a um determinado grupo de dirigentes, não a todos.

Tanto autoridades como dirigentes viam que nessas águas qualquer um podia remar, realizar todos os estilos de natação que quisessem, e sempre as águas iriam estar tranquilas, mesmo nos piores momentos, porque o governo era dos indígenas, representantes deles, portanto, não havia dúvidas da fidelidade e da subordinação às ordens do oficialismo.

Mas nas profundidades de cada fábrica foi se formando, pouco a pouco, um tsunami de raiva, de rechaço às barbaridades e corrupção em que o governo se via envolto, afastando-se do voto que eles haviam depositado com a esperança de ter dias melhores, com bons salários e sem exploração irracional, com estabilidade no trabalho e plena vigência dos direitos sociais.

Não acreditaram quando tomaram ciência, por meio de seus dirigentes que estiveram com o Presidente em uma reunião, que este os tratou muito mal e que disse em um tom

seco e com desprezo que a *Empresa Pública Nacional Estratégica de Têxteis* (Enatex) será fechada... e ponto.

O Presidente que eles haviam colocado no Palácio, com o seu voto, agora lhes deixava sem emprego. Sem proteção frente ao patrão. Isso não se pode aceitar.

Frente a esta dolorosa verdade, as bases operárias buscaram desesperadamente um canal por onde pudessem expressar a sua raiva e que foi muito mais devastadora quando perceberam que todos os dirigentes nacionais e dos departamentos se encontravam atrelados ao governo por seus interesses individuais, em troca da colocação de seus familiares em postos de trabalho na administração pública ou de receber financiamento para as suas constantes viagens para a Europa.

Havia chegado o momento de gritar: “*Traidor, traidor, Evo é um traidor! Evo dizia que tudo mudaria, mentira, mentira, a mesma porcaria!*”!

A partir deste momento, começou uma nova situação na luta política, que mostra com maior clareza a sua polarização. Apagou-se da mente dos operários a falsa luta entre dirigentes e governo. Houve uma mudança de posição. Por um lado, governo e dirigentes expressando os interesses da classe dominante, dos exploradores, e, por outro, as bases operárias expressando a tendência revolucionária, encarnando os interesses da maioria nacional.

O principal interesse da nação oprimida pelo imperialismo é o de levar adiante o processo de industrialização a partir da mecanização agrícola, da defesa do mercado interno diante do saque das multinacionais, da defesa do salário mínimo vital, estabilidade no emprego e defesa dos direitos trabalhistas conquistados.

Tendo por base essa luta, torna-se possível transformar o instinto de revolta da classe operária em consciência política, necessária para a transformação social da Bolívia.

(*Extraído do Jornal Massas, nº 2.451, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia*)

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.**  
**CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Desagregação do regime chavista assinala a urgência do proletariado avançar a independência de classe

A Venezuela arrasta-se em uma prolongada crise. O fortalecimento da oposição pró-imperialista agravou os choques no seio da sociedade e do Estado. A discussão no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) de como isolar o regime chavista indica uma ofensiva dos Estados Unidos. As forças da reação pró-imperialistas se sentem animadas com a eleição de Macri na Argentina e impeachment de Dilma no Brasil. A remoção de Nicolás Maduro e seu partido (PSUV) do poder é de grande importância à política norte-americana para a América Latina, nas condições da crise mundial cuja duração não se pode prever. Está claro que se encerrou o ciclo de bonança e de ilusões sobre o desenvolvimento sustentável. O capital financeiro e os monopólios necessitam penetrar mais fundo nos países semicoloniais. Qualquer obstáculo protecionista, nacionalista ou semi nacionalista, deve ser removido. É caso mais emblemático do chavismo que já não tem para onde ir e que deve ceder passagem.

A etapa de desintegração do regime edificado pelo caudilho Hugo Chávez se abriu com o fim dos altos preços do petróleo. Fator que não é isolado e que expressa a desagregação capitalista do país sob o impulso da crise de superprodução e os choques entre forças produtivas altamente desenvolvidas mundialmente e as relações de produção e as fronteiras nacionais. Contradições essas que se manifestam no país como brutal destruição das condições de vida das massas.

Os sintomas dessa desagregação empurram aos oprimidos a intervir na crise, ainda que de forma instintiva e desorganizada. Os constantes saques de mercadorias são uma expressão da rebelião dos explorados contra a miséria e o desabastecimento que resultaram das manifestações da crise mundial dentro das fronteiras nacionais. Registraram-se 107 saques contra supermercados e comércios até maio. E os protestos contra o governo e a carestia são permanentes: se produzem pelo país 17 protestos em média por dia. Isso, enquanto o PIB caiu em 5,7%; das 13 mil empresas somente ficaram em pé 4 mil e a inflação atingiu 181%.

No contexto de avanço da miséria, pobreza, carestia e de destruição das condições de vida das massas, o governo vendeu reservas estratégicas de ouro, obtendo 1,7 bilhões para pagar juros da dívida externa. Enquanto as massas carecem praticamente de tudo (produtos de higiene, água, gás, energia, comida), os recursos necessários para ampliar a produção e o consumo interno visando a resolver os problemas mais urgentes são postos nas mãos dos parasitas internacionais.

O essencial da situação, no entanto, se concentra no completo fracasso e a paralisia do governo e das instituições burguesas para sair do impasse. Certamente, as forças burguesas em luta ensaiam diversas medidas para sair da crise e fortalecer suas posições. O primeiro passo foi dado pela oposição impulsionando a revogação do mandato presidencial. Viu-se favorecida em seus objetivos pela máscara democrática e institucional que lhe outorga o seu controle do Parlamento.

Essa via, porém, chocou-se com o judiciário, controlado pelo chavismo. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) anunciou que a oposição cometeu fraude na coleta de assinaturas para a convocatória do referendo. Dias depois, Maduro assinou uma medida que lhe permite governar por decreto, sem passar pelo crivo do Parlamento.

A possibilidade do CNE e do chavismo de evitar o curso do referendo é limitada. Não podem rejeitá-lo sem aprofundar a via dos confrontos e incentivar divergências nas Forças Armadas. Um setor da alta patente exige mudanças de fundo na economia e dos polí-

ticos que controlam postos-chaves do Estado. Isso explica porque o CNE viu-se obrigado a validar 1,3 milhões de assinaturas. A oposição, no entanto, deverá reunir forças suficientes para impô-lo ainda neste ano. Ocorre que o chavismo trabalha por adiá-lo até 2017, o que lhe permitirá manter seu vice como presidente interino.

A oposição viu-se obrigada então a avançar pela ruptura da institucionalidade, ou esperar que a crise faça seu trabalho de desmoronamento das bases chavistas, aguardando o momento oportuno para realizar uma ofensiva para varrê-lo definitivamente do comando do Estado. A oposição avaliou que ainda não era o momento de romper a casca da institucionalidade. Embora começasse a operar nos bastidores para viabilizar um golpe militar. Com vistas a esse objetivo, acusou Maduro de romper com a Constituição por se negar a reconhecer a coleta de assinaturas e exortou as Forças Armadas a “terem uma atitude patriótica” em defesa da Constituição.

Em face dessas movimentações conspirativas, o governo chavista avança com medidas que lhe permitam fortalecer suas posições. Em 13 de maio, estabeleceu um novo sistema de preços para alimentos, produtos de higiene, medicamentos, etc. O governo pretende levar ao mercado uma massa de produtos que são comercializados ilegalmente e por preços exorbitantes, cooptar uma parte da base empresarial opositora e disponibilizar produtos a preços acessíveis para tentar evitar um maior choque das massas com o seu governo. Em troca, o Estado legaliza a transferência de preços dolarizados aos produtos no mercado interno e “legaliza” como “inversões” os capitais que fugiram do país, comprometendo-se a não os penalizar com “expropriações”. Uma semana depois, entregou as reservas de ouro da Cuenca do Orinoco às multinacionais. Essas medidas assinalam uma das vias por onde passarão as manobras do chavismo: favorecer os lucros dos capitalistas e privatizar fontes de riquezas nacionais em troca de apoios internos e externos.

Tudo indica que essas manobras não poderão evitar o avanço de sua desagregação. O imperialismo trabalha por derrubá-lo. Assim, em 1 de junho, o Secretário Geral da OEA, Luis Almagro convocou uma reunião visando aplicar a Carta Democrática contra o governo Maduro. 34 governos decidiram por apoiar uma proposta de reatar o diálogo para negociar uma transição.

É bem provável que essa via fracassará porque a oposição e o imperialismo a põem abaixo o governo de Maduro. De forma que terá de recrudescer o isolamento do regime chavista. E promover uma divisão nas Forças Armadas. Está aí por que Capriles exigiu dos militares “uma atitude patriótica”. Está aí também por que a governabilidade chavista depende, em última instância, de manter um setor das Forças Armadas Bolivarianas (FAB) atreladas a sua sobrevivência ao governo. Maduro avançou nesse sentido outorgando à cúpula das FAB mais poderes, ministérios e controle de setores da economia nacional.

O problema está em que no atual estágio da crise não há como conter a sangria das rupturas burguesas sem que compareça um árbitro nacional capaz de centralizar e disciplinar autoritariamente as forças em choque. Não há nenhuma dúvida de qual a forma que se realize essa centralização - autogolpe ou golpe militar contra o governo chavista - terá por principal objetivo deter a desagregação do regime e abortar a irrupção das massas na crise. Capriles expressou essa posição da burguesia quando afirmou que ninguém (a burguesia e o imperialismo, é claro) “deseja um novo Caracaço”.

Em 27 de fevereiro de 1989, as massas irromperam na cena política derrubando o governo de Carlos Andrés Pérez. Naquele momento, o país mergulhava na miséria, carestia e destruição da economia nacional. Pérez assumiu as diretrizes ditadas pelo imperialismo de desnacionalização, aumento de preços e de ataques aos salários e direitos trabalhistas. Lutando pela defesa de suas condições de vida, as massas se projetaram à luta de classes e se chocaram de frente com os capitalistas e o imperialismo, com as instituições e os velhos partidos da ordem burguesa.

No entanto, a incapacidade da burguesia para governar e impor aos explorados seus planos e a situação pré-revolucionária criada pela irrupção radicalizada das massas veio a se combinar com o vácuo político criado pela ausência de uma direção revolucionária capaz de projetar as massas pela via da revolução e ditadura proletárias. Nessa situação, destacou-se uma fração nacionalista das Forças Armadas que, após um golpe fracassado, viria a conquistar o comando do Estado pela via das eleições. Apoiado em uma alta da economia mundial, o caudilho Hugo Chávez conseguiu consolidar-se com uma política nacionalista e distributivista.

O golpe da oposição e do imperialismo em 2002 mostrou que, nas condições de alta econômica, o chavismo era capaz de resistir ao golpismo ao mobilizar as massas e as FAB. Por outro lado, apesar do nacionalismo burguês afetar interesses dos monopólios, se revelou um bloqueio eficaz contra a ação independente das massas e um bom defensor da propriedade privada. De forma que o imperialismo decidiu pela convivência conjuntural com a demagogia “socialista”. Ou seja: enquanto o vigor da economia mundial permitia ao governo certa margem de manobra administrativa diante dos interesses da burguesia e das necessidades mínimas dos explorados.

Com a crise mundial se manifestado com força e com a conquista eleitoral de dezembro de 2015 do parlamento, a oposição se potenciou ao ponto de trabalhar pela remoção do governo chavista. Não teve como se impor somente pelo poder legislativo. Necessita do apoio de uma fração das Forças Armadas. Terá de romper o ferrenho controle da burocracia chavista sobre os demais poderes do Estado.

O aspecto essencial do que temos descrito até aqui se resume em que as condições de agravamento da crise institucional, de desagregação do regime político burguês e de ameaça de uma irrupção das

massas na crise com métodos radicalizados criam as condições para que as vias “pacíficas” fracassem em impor uma rápida solução ao impasse colocado. O que explica por que surgem as movimentações do governo e da oposição diante do principal esteio do regime – os militares. A mudança de quadro operada pelo golpismo no Brasil e a vitória eleitoral na Argentina do direitista Mauricio Macri favorece o intervencionismo dos Estados Unidos.

Finalmente, é necessário dizer que a história da Venezuela mostra amplamente que foram as Forças Armadas que conseguiram impor a centralização e o disciplinamento das frações burguesas quando falharam as vias institucionais para conter a desagregação do regime político ou frear o avanço das massas na luta de classes. O golpismo serve, em última instância, ao imperialismo. Preserva o caráter atrasado do país e sua dependência aos monopólios. Apesar de toda sua demagogia “antiimperialista”, o chavismo é expressão desse percurso histórico da burguesia semicolonial. A pequena burguesia não tem como desenvolver um programa independente diante das classes antagônicas da sociedade. A profunda desagregação da Venezuela é mais uma terrível demonstração do significado da crise de direção revolucionária, que caracteriza nossa época.

Constatamos que o fundamental da situação está na ausência do proletariado organizado em defesa de suas reivindicações de classe e erguendo seu programa para a crise. Sem seu partido revolucionário e sem independência política, não tem como rechaçar o chavismo e combater a direita pró-imperialista. Mas não temos dúvidas de que essa gigantesca experiência vem forjando uma vanguarda que impulsionará a constituição do partido proletário. Há que lutar pelo programa da revolução proletária que cumprirá as tarefas democráticas que o capitalismo semicolonial já não pode realizar.

Que os venezuelanos resolvam a crise sem nenhuma intervenção externa nos assuntos internos do país! Que as massas ajustem as contas com a burguesia e o imperialismo com seus próprios métodos e na base das organizações de massa criadas na luta pelas suas reivindicações!

A direção revolucionária latino-americana, cujo embrião se constitui no Comitê de Enlace, tem por tarefa elaborar o programa que alicerce o avanço do proletariado nesse caminho e reorganizar a vanguarda continental sob a estratégia da revolução e ditaduras proletárias.

## Chile

### **A contaminação produz o colapso da produção em vastas regiões de Chiloé**

### **A precária solução que propõe o governo agudiza o levante do preterido povo chilote**

A ilha de Chiloé está tomada por uma rebelião popular sem precedentes. Todas as regiões do país suportam a miséria extrema, agravada pela crise mundial do capitalismo, que afeta diretamente os países atrasados e os transforma em semicolônias, obrigados a se submeterem às imposições das grandes metrópoles imperialistas.

A burguesia nacional garante que seu Estado e seus governos administrem em favor das empresas multinacionais, pois estão umbilicalmente unidas com o grande capital financeiro, constituindo uma oligarquia que submete os países de capitalismo atrasado. Nestes se combinam um sistema de produção pré-capitalista e os que utilizam uma alta tecnologia, como é o caso da indústria do salmão com capitais suecos. Estas indústrias, para reduzir seus custos de produção, utilizam alimentos produzidos com farinha de peixe extraídos do mar chileno, setor esse beneficiado pelo parlamento nacional, que concedeu a perpetuidade dos recursos marinhos aos exploradores que esgotam os recursos marítimos.

O governo garante que a mortandade de produtos bivaldes (ostras e mexilhões) se deve à *maré vermelha*, uma toxina que contamina os mariscos e, quando são ingeridos pelos homens ou animais, é capaz de provocar a morte em pouco tempo por paralisia. Este fenômeno é conhecido desde os anos 1960, e os pescadores orgulhadores, que conhecem o assunto, aprenderam a conviver com esta situação, conhecida há mais de 50 anos. Os mariscos são infectados pela filtração das algas decompostas, mas isso não mata os moluscos que se infectam. Além disso, têm um tempo limitado porque naturalmente ao não existir o contaminante deixa de existir o “veneno”. Esta toxina esteve sempre presente mais ao sul, quer dizer, em Punta Arena. Hoje chegou mais ao norte afetando a Província de Chiloé.

O que os pescadores artesanais denunciam é que a mortandade se deve à contaminação que produz a pesca do salmão, criado artificialmente. Há anos que vem diminuindo seus recursos, pois, nos arredores desses estabelecimentos, foi criado um deserto que



vinte anos atrás seria inimaginável. Devido ao excesso de antibióticos administrados aos salmões houve uma diminuição das exportações, porque ultrapassa os limites permitidos no mercado mundial. Estes maus manejos da multinacional sueca provocaram uma mortandade de peixes que, de acordo com o governo, alcançou 4.000 toneladas. Esta quantidade difere dos dados informados por um senador e pelo ex-governador da Província que afirmam ser dez vezes maior, ou seja: 40.000 toneladas de peixes mortos. Além disso, o governo diz que foram jogados esses peixes mortos e podres a cento e trinta quilômetros mar adentro, mas, os pescadores que fizeram o frete assinalam que foi muito perto da costa.

Cabe apontar que o peixe decomposto libera ácido sulfídrico, gás letal que mata em segundos. Em Iquique, nos anos 1960, no pesqueiro “*Felita*” morreu toda a tripulação porque no porão o peixe havia apodrecido após alguns dias de navegação. Muitos caíram do convés ao porão. O atraso que o país suporta se manifesta nos diversos setores da sociedade chilena, neste caso, questões básicas como seria constituir centros de pesquisa científica que estudem, previnam e resolvam o fenômeno da *maré vermelha*.

Há pouco, houve uma passeata de pesquisadores científicos exigindo recursos para financiar seus projetos de investigação. É claro que não haverá investigação porque o Estado capitalista, devido ao seu compromisso com o capital externo, não pode resolver problemas sociais básicos como são a habitação, hospitais de

alta complexidade, universidades, escolas industriais e científicas que permitam um grande desenvolvimento industrial pesqueiro, com unidades de tratamento de água que contêm altas concentrações de proteínas de peixe, que poderiam ser usadas na alimentação de gado e não mais continuar destruindo recursos marinhos na elaboração de farinhas que só servem para o lucro e ambição capitalistas.

Isto só poderá ser resolvido quando a classe operária liderar a revolução proletária, constituindo um governo operário-campesino, unida à maioria oprimida do país que exercerá a ditadura revolucionária contra a burguesia e suas instituições.

Fazemos um chamamento a todas as forças e ao povo do Chile a se solidarizar com estes trabalhadores marítimos e com todos os habitantes do arquipélago de Chiloé. A luta efetiva é o único meio de elevar nossa consciência política, de tomar conhecimento de quem são nossos aliados e quem são nossos inimigos. O que ontem era somente uma luta econômica, hoje é uma luta política.

Em defesa da revolução e ditadura proletárias! Fora as multinacionais imperialistas que contaminam e depredam nossas costas! Expropriar sem indenização o grande capital nacional e multinacional!

***Pelos Estados Unidos Socialistas de América Latina!***

(Extraído do *Jornal Lucha Obrera*, do Chile, nº 21)

## Eleições no Peru

# As massas superarão suas ilusões nas soluções burguesas à crise no campo da luta de classes

As eleições como instrumento da democracia burguesa distorcem o estado de ânimo dos explorados. Evidentemente, estes votam segundo se apresenta a evolução de sua consciência política, sob a pressão de fatores sociais objetivos e concretos. O fundamental dessa constatação está em que as eleições no Peru puseram à luz do dia que, sem contar com seu partido e não se constituindo na luta pelas suas reivindicações como força social em choque com os capitalistas, as massas não se expressam homogênea e independentemente nas eleições. Apresentam-se como indivíduos isolados, subordinando seus interesses comuns aos de seus exploradores e apenas servindo de base de manobra eleitoral para as movimentações dos partidos burgueses, votando assim nos agentes que levarão à frente uma política antioperária, antinacional e reacionária.

No entanto, a dinâmica da crise capitalista, o percurso de destruição de suas condições de vida e direitos os colocam em oposição a seus exploradores, embora deformada e inconscientemente. Essa tendência se manifesta no fato de uma importante parcela da população dar as costas às eleições. Mas, também, no voto pelo “mal menor” contra o partido que encarna a política fujimorista, que afundou o país na miséria, na pobreza e na repressão mais violenta das últimas décadas.

No dia 5 de abril, precisamente 24 anos depois do “autogolpe” de Alberto Fujimori, se realizaram as eleições. 10 candidatos se apresentaram. Somente dois, no entanto, concentraram a esmagadora maioria de eleitores e dividiram politicamente o país: Keiko Fujimori, de Força Popular (FP, expressão da direita rea-

cionária), e Pedro Pablo Kuczynski, de Peruanos pela Mudança (ou *Peruanos por el Cambio*-PKK, da direita liberal). A Frente Ampla (frente-populista), de Verónica Mendoza (ex-membro do governista Partido Nacionalista Peruano-PNP de Ollanta Humala), e a Ação Popular (liberais), de Alfredo Barnechea, alcançaram 25% dos votos de conjunto.

No dia 7 de junho, realizou-se o segundo turno. Pela diferença de apenas 0,24% (8.589.529 votos contra 8.547.845), venceu Pedro Pablo Kuczynski. Apesar de Keiko Fujimori liderar as pesquisas e intenções de votos, ganhando no primeiro turno, no curso do mês até o segundo turno, operou-se uma mudança na atitude das massas.

No dia 5 de junho, mais da metade da população não compareceu para votar, anulou seu voto ou votou em branco; já em 7 de junho grande parcela dos que não votaram no primeiro turno se posicionou contra a possível vitória de Fujimori no segundo. Em parte, favoreceu essa tendência o fato decisivo da candidata Verónica Mendoza, da Frente Ampla (reformista), anunciar que iria votar no PKK e pedir aos seus partidários que fizessem o mesmo.

Sem dúvida, a burguesia nacional acreditava na inevitável vitória de Fujimori. Mas, semanas antes das eleições, veio à tona que Joaquín Ramírez, secretário-geral do seu partido, estava sendo investigado pelo DEA por lavagem de dinheiro. O imperialismo estava por trás dessa manobra. Objetivava fortalecer Kuczynski, um ex-banqueiro e meses atrás ainda cidadão norte-americano. Tratou-se assim de forçar a burguesia peruana



a chegar a um acordo sobre os rumos dos ataques e do saque nacionais, sem recorrer ao assistencialismo desenvolvido por Alberto Fujimori.

O apertado resultado eleitoral, no entanto, obrigará o imperialismo a negociar com as frações burguesas do país o plano econômico de governo, uma vez que o fujimorismo controlará o parlamento. A FP conta com 73 legisladores do total de 130 cadeiras do parlamento unicameral. O PKK, de Kuczynski, somente contará com 18. De forma que se espera a articulação de um governo de coalizão entre os concorrentes. No essencial, ambas as forças políticas não diferem nem um milímetro do programa econômico a ser aplicado. Lembramos que Kuczynski chamou a votar em Keiko Fujimori contra o “nacionalista” Humala, em 2011. Ambos os candidatos fizeram campanha abertamente pela defesa de uma política privatista, desnacionalizadora, de profundos ajustes e ataques contra as condições de vida das massas. Uma clara continuidade da política pró-imperialista do próprio Alberto Fujimori. Humala venceu com o rótulo de candidato de esquerda, mas se comportou de acordo com os interesses do imperialismo.

Essa união de interesses e conteúdo de classe não exclui os atritos entre as diversas frações da burguesia nacional e dos monopolistas. O que as une é a perspectiva de avançar ainda na superexploração da classe operária, no esmagamento das lutas e no saque nacional. A disputa eleitoral mostrou que se dividem em como se partilharão os custos da crise. Está aí por que o governo de Kuczynski será um governo de manobras e acordos permanentes. Agirá centralizadamente contra os movimentos e sindicatos operários e camponeses.

As massas, por sua vez, amargarão o apoio eleitoral que deram ao agente do imperialismo. Não se pode desconhecer, no entanto, que o fizeram expressando seu legítimo ódio de classe contra quem expressou nas eleições os anos mais duros de repressão e terrorismo de Estado, de avanço à miséria generalizada.

Nota-se que a submissão ao imperialismo se manifestou na classe dominante e em parte importante da pequena burguesia. 30% da população urbana e rural, em grande medida pequenos e médios proprietários, apoiaram a candidatura de Keiko Fujimori. Outra parte inclinou-se para a candidatura de Kuczynski. Trata-se de camadas e frações de classes empobrecidas recentemente e que exigem um governo de mão de ferro capaz de defender seus interesses diante da desagregação social, que lhes ameaça com o aprofundamento da crise capitalista. A ditadura burocrática-policial de Alberto Fujimori que aprofundou a via do esmagamento dos movimentos foquistas e do campesinato, assim como a repressão ao movimento grevista, não somente serviu aos negócios da grande burguesia como criou também condições para o avanço dos pequenos negócios. Isso explica por que um possível governo “mão de ferro” de Keiko Fujimori foi associado com a passada e conjuntural bonança econômica.

No Peru, a democracia burguesa a profundamente cerceada, corrupta e venal tem o seu maior sustento nas camadas mais atrasadas da pequena-burguesia. Pouco importou o fato de que, dos 104.000 candidatos que concorreram às eleições regionais e locais, 75 enfrentam processos por algum tipo de crime; 345

já estão condenados judicialmente e 871 receberam sentenças menores. Esse quadro demonstra como a corrupção não é uma questão de primeira ordem para a pequena burguesia quando se trata da defesa de seus negócios.

Evidentemente, nem todas as camadas e frações de classes pequeno-burguesas compartilham da mesma posição. O seu setor mais avançado e politizado, junto a frações do proletariado, apoiou a candidatura reformista da Frente Ampla, Verónica Mendoza. Pagará caro por sua confiança na política reformista, submetendo-se às manobras e programas burgueses. O apoio da candidatura a Kuczynski expressou esse fato de forma inquestionável.

A vitória de Pedro Pablo Kuczynski e o fortalecimento da FP indicam que o Peru acompanha as movimentações das burguesias semicoloniais da América Latina à direita, que se curvam diante dos ditames do imperialismo.

Essa viragem, no entanto, terá enfrentar as massas imediatamente. O Peru é um país profundamente atrasado e miserável, onde 70% da mão-de-obra é terceirizada e 60% da população do país vive na mais profunda pobreza, uma nova rodada de ajustes e desnacionalização, de exploração e de congelamento de salários terá de se confrontar com novos levantes operários e populares. Essa tendência foi já indicada nas passadas lutas dos povos indígenas, do proletariado mineiro e da população pobre contra as empresas mineiras estrangeiras e contra os ajustes do governo Ollanta Humala, entre os anos de 2014 e 2015.

Em combate contra os ajustes e a desnacionalização, as massas desenvolveram maciços bloqueios de rodovias, paralisações de transportes, ocupações de terras e fábricas. Enfrentaram a polícia e as Forças Armadas, que mostraram a fúria da burguesia entreguista e dos monopólios que saqueiam as riquezas naturais, cujos resultados foram dezenas de mortos.

As massas terão de continuar o enfrentamento com o terrorismo de Estado.

O essencial do que temos descrito é que, passadas as eleições, essas lutas terão de necessariamente se expressar em um novo patamar. Sob as condições de um ataque mais profundo e violento contra suas condições de existência, ditadas pelas tendências mais gerais da crise capitalista mundial, os explorados peru-

anos recorrerão aos métodos de ação coletiva de massas e se colocarão a necessidade de unificar suas forças para barrar os ataques que já se preparam contra suas conquistas e direitos.

O fundamental desse processo, no entanto, está em que a vanguarda terá de avançar passos largos na conquista de sua independência organizativa e política e se constituir em uma fração classista e revolucionária no seio das massas, impulsionando-as na defesa das condições de vida e trabalho, com os métodos e o programa da luta de classes. Trata-se, por tanto, de avançar à construção de um partido marxista-leninista-trotskista. Somente por esse caminho as massas oprimidas avançarão em sua independência política. No Peru, o movimento operário e camponês tem longa tradição de luta. O revisionismo do trotskismo, que desintegrou a IV Internacional, tem muita responsabilidade pelo atraso na tarefa de construção do partido revolucionário. É preciso superar os prejuízos causados pelos revisionistas e abrir caminho para a sua superação. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional deve prestar muita atenção no desenvolvimento da crise peruana.

# Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”, de Lênin

Dando sequência à apresentação dos principais fundamentos sobre a concepção leninista do partido, desenvolvidos no livro “Que Fazer?”, tratamos no jornal Massas 521 da relação entre a espontaneidade das lutas operárias e a consciência socialista. Vimos como Lênin reconheceu a importância das greves como ponto de partida para que os operários compreendessem o *“antagonismo irreconciliável entre seus interesses e de todo o regime político social contemporâneo”*. Ponto de partida significa que é necessário o fator consciente, que se expressa por meio do trabalho partidário no seio do proletariado e das massas em geral. Segundo Lênin, a luta espontânea não gera a consciência socialista, mas constitui o seu embrião. O socialismo científico, edificado por Marx e Engels, não nasce diretamente das revoltas espontâneas, mas *“necessariamente se materializa desenvolvendo a consciência revolucionária embrionária que se gesta na luta de classes”*.

Lênin concorda e se apoia nas formulações de Karl Kautsky quando este combate as tentativas dos revisionistas de atribuir a Marx a ideia de que o desenvolvimento econômico e a luta de classes engendram diretamente a consciência da necessidade do socialismo. Segundo Kautsky, *“o socialismo e a luta de classes surgem paralelamente e não se deriva um do outro; surgem de premissas distintas. A consciência socialista moderna pode surgir unicamente sobre a base de um profundo conhecimento científico”*. E completa: *“a ciência econômica contemporânea constitui uma premissa da produção socialista, assim como, no caso, a técnica moderna, e o proletariado, por mais que o deseje, não pode criar nenhuma nem outra; ambas surgem do processo social contemporâneo”*. Kautsky constata que a ciência do proletariado não nasce dele mesmo, mas sim da *“intelectualidade burguesa”* – *“é do cérebro de alguns membros isolados desta camada que surgiu o socialismo moderno, e foram eles que transmitiram aos operários destacados pelo seu desenvolvimento intelectual, os quais o introduziram imediatamente na luta de classes do proletariado, ali onde as condições o permitiam”*.

A conclusão de que *“a consciência socialista é introduzida de fora na luta de classes do proletariado”* indica que o partido é o fator decisivo, uma vez que é por meio dele que se expressa a teoria e o programa revolucionários.

O embate de Lênin com os espontaneístas que o acusavam de “subestimar a importância do elemento objetivo” tinha no centro da divergência a concepção de partido. A crítica do revolucionário russo de que *“o desenvolvimento espontâneo do movimento operário caminha precisamente para sua subordinação à ideologia burguesa”* consistia em que o proletariado sem o seu partido inevitavelmente seguiria a política burguesa. Cabia aos marxistas combater a teoria reacionária de que a ação espontânea gera a consciência socialista. Combate esse necessário para construir o partido no seio do proletariado. Lênin explica que o movimento espontâneo conduz à supremacia da ideologia burguesa porque *“é mais antiga por sua origem que a ideologia socialista, porque sua elaboração é mais completa e porque possui meios de divulgação incomparavelmente mais poderosos”*.

Nesse ponto do “Que Fazer?”, nos deparamos com a pre-

ciosa conclusão: *“quanto mais jovem é o movimento socialista em um país, tanto mais enérgica deve ser, portanto, a luta contra toda tentativa de afiançar a ideologia não socialista, tanto mais firme devem se colocar em guarda os operários contra os maus conselheiros, que gritam contra ‘o exagero do elemento consciente’”*.

Ao invés de apenas se reconhecer a existência do instinto revolucionário do proletariado, é preciso ter clara a tarefa de transformá-lo em consciência, portanto, em luta contra o capitalismo e pelo socialismo. O instinto em si mesmo é a revolta inconsciente dos explorados. Assim, Lênin observava que na Rússia a constituição de um vigoroso movimento operário determinava a tarefa de organizar um poderoso partido revolucionário. Demonstrava que havia duas maneiras de enfrentar o novo momento da luta de classes: *“ou bem no sentido do culto da espontaneidade desse movimento, isto é, reduzindo o papel da socialdemocracia ao de simples servidor do movimento operário como tal; ou bem no sentido de que o movimento das massas coloca diante de nós novas tarefas, teóricas, políticas e de organização, muito mais complexas que as tarefas com que podíamos nos contentar no período que antecedeu à aparição do movimento de massas”*.

A formação dos marxistas russos no final do século XIX se deu nas condições em que a classe operária e o movimento de massas ainda não exigiam uma clara e precisa concepção de partido e a definição das tarefas. A mudança desse quadro, no início do século XX, abalou a socialdemocracia. Os revolucionários se viram obrigados a clarear a questão do partido e determinar as tarefas. O que expôs a profunda divergência entre os espontaneístas e os marxistas. Os opositores da concepção leninista mostraram na prática que o espontaneísmo se converte em uma *“tendência do oportunismo”*.

Eis a síntese de Lênin: *“Estamos convencidos, portanto, de que o erro fundamental da ‘nova tendência’ no seio da socialdemocracia russa consiste em cultivar a espontaneidade, em não compreender que a espontaneidade das massas nos exige uma elevada consciência. Quanto mais poderoso é o auge espontâneo das massas, quanto mais amplo se torna o movimento, tanto mais incomparável é a rapidez com que cresce a necessidade de uma elevada consciência, tanto no trabalho teórico da socialdemocracia, como no político e na organização. A ascensão do movimento espontâneo das massas na Rússia tem sido tão rápida que a jovem socialdemocracia se mostra pouco preparada para cumprir essas gigantescas tarefas. Esta falta de preparação é nossa desgraça comum, a desgraça de todos os socialdemocratas russos. O auge das massas produziu e se estendeu de maneira ininterrupta e contínua, não só não terminou onde começou, como também se estendeu a novas localidades e novas camadas da população (sob a influência do movimento operário, reanimou-se a efervescência entre a juventude estudantil, entre os intelectuais em geral e até entre os camponeses). Mas os revolucionários permaneceram atrasados neste movimento ascendente, tanto em suas teorias, como em sua atividade, não conseguindo criar uma organização permanente que funcione sem a quebra de continuidade, capaz de dirigir todo o movimento”*.

A constatação de Lênin de que as massas em luta estavam à frente da socialdemocracia demonstra a profunda compreensão do lugar dirigente que ocupa a vanguarda revolucionária.